



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E CIÊNCIAS SOCIAIS – FAJS

MARCO VINÍCIUS GOMES CRUZ DE QUEVEDO

**A ECONOMIA MUNDO CAPITALISTA E AS RELAÇÕES COMERCIAIS SINO-
BRASILEIRAS**

BRASÍLIA

2017

MARCO VINÍCIUS GOMES CRUZ DE QUEVEDO

**A ECONOMIA MUNDO CAPITALISTA E AS RELAÇÕES COMERCIAIS SINO-
BRASILEIRAS**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Rodrigo Curi

BRASÍLIA

2017

MARCO VINÍCIUS GOMES CRUZ DE QUEVEDO

**A ECONOMIA MUNDO CAPITALISTA E AS RELAÇÕES COMERCIAIS SINO-
BRASILEIRAS**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Rodrigo Curi

BRASÍLIA, __ DE __ SETEMBRO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Rodrigo Curi

Prof.(a) Examinador(a)

Prof.(a) Examinador(a)

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise qualitativa – a partir de pesquisa bibliográfica a artigos correlatos e em fontes com dados primários como documentos oficiais e relatórios publicados por entidades de governo – das relações comerciais e políticas, entre Brasil e China no período de 1964-2015 com objetivo de esclarecer em que medida há uma relação horizontal ou vertical entre os agentes nos últimos anos. Para isso, buscou-se descrever e analisar as relações históricas, comerciais e políticas entre eles pelo prisma da Teoria do Sistema Mundo, associando-as às prerrogativas conceituais das Relações Internacionais. A relevância se dá pelas transformações ocorridas no sistema internacional quando da alçada da China ao status de potência global e da influência do país asiático no ambiente latino-americano. O escrutínio dividiu a relação bilateral entre os períodos de 1964-2000 e de 2001-2015, já que se considera que entre o primeiro período analisado e o segundo há evidente transformação no comportamento da relação entre os países, principalmente devido suas relações comerciais. A pesquisa constata que no início das relações sino-brasileiras houve maior engajamento em iniciativas de cooperação para o desenvolvimento por meio de ações de cooperação técnica com características consideradas de perspectiva Sul-Sul. Entretanto, nos últimos anos, nota-se uma maior disparidade nessa relação como consequência do aumento do intercâmbio comercial, e, em decorrência disso, uma maior dependência brasileira às exportações para a China, impactando diretamente nas relações políticas, além de um impacto nas práticas da relação de cooperação até então imposta. Ao fim, conclui-se que a interação entre Brasil-China passa a ter novas características no século XXI sendo visível uma verticalização desta relação, devido ao incremento do intercâmbio comercial.

Palavras-Chave: Brasil-China. Cooperação horizontal. Cooperação Vertical. Sistema Mundo.

ABSTRACT

The present work makes a qualitative analysis - from bibliographic research to related articles and in sources with primary data such as official documents and reports published by government entities - of commercial and political relations, between Brazil and China in the period 1964-2015 with objective to clarify the extent to which there is a horizontal or vertical relationship between agents in recent years. In order to do so, we sought to describe and analyze the historical, commercial and political relations between them through the prism of the Theory of the World System, associating them with the conceptual prerogatives of International Relations. The relevance is due to the transformations that occurred in the international system when it came from China to the status of global power and the influence of the Asian country in the Latin American environment. The scrutiny divided the bilateral relationship between the periods 1964-2000 and 2001-2015, since it is considered that between the first analyzed period and the second there is evident transformation in the behavior of the relation between the countries, mainly due to their commercial relations. The research finds that in the beginning of the Sino-Brazilian relations there was more engagement in development cooperation initiatives through technical cooperation actions with characteristics considered from the South-South perspective. However, in recent years, there has been a greater disparity in this relationship as a consequence of increased trade, and, as a result, a greater dependence on Brazilian exports to China, directly impacting on political relations, as well as an impact on the practices of the cooperative relationship hitherto imposed. At the end, it is concluded that the interaction between Brazil and China is beginning to have new characteristics in the XXI century, being visible a verticalization of this relation, due to the increase of commercial exchange.

Keywords: Brazil-China. Horizontal cooperation. Vertical Cooperation. World System.

TABELAS

TABELA I: Pauta de exportação do Brasil para a China.....	26
TABELA II: Produtos brasileiros exportados para a China (1986 e 1991).....	29
TABELA III: Importações brasileiras vindas da China (1986 e 1991).....	29
TABELA IV: Importações brasileiras vindas da China (1993 a 1995).....	31
TABELA V: Pauta de exportação do Brasil para a China (1993 a 1995).....	31
TABELA VI: A nova pauta exportadora brasileira para a China (1992).....	32
TABELA VII: Principais produtos exportados para a China (1991 a 1994).....	33
TABELA VIII: Pauta de exportação do Brasil para a China (1997 a 1999).....	36
TABELA IX: Importações brasileiras vindas da China (1997 a 1999).....	36
TABELA X: Principais parceiros brasileiros.....	40
TABELA XI: Pauta de exportação do Brasil para a China (2001).....	41
TABELA XII: Principais parceiros comerciais do Brasil (2001-2002).....	43
TABELA XIII: Principais parceiros comerciais da China (2002).....	43
TABELA XIV: Principais parceiros comerciais do Brasil (2014 e 2015)......	45
TABELA XV: Principais parceiros comerciais da China 2011.....	45
TABELA XVI: Pauta de importação do Brasil para a China (2013-2014).....	45
TABELA XVII: Pauta de exportação do Brasil para a China (2013-2014).....	46
TABELA XVIII: Pauta de exportação do Brasil para a China (2015-2016).....	47
TABELA XIX: Brasil principais produtos importados da China (2015-2016).....	47
QUADRO XX: Evolução do comércio Brasil-China (2006-2016).....	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. TEORIA DO SISTEMA MUNDO E O CONCEITO DE COOPERAÇÃO SUL-SUL/NORTE-SUL.....	10
1.1 SISTEMA MUNDO CAPITALISTA.....	10
1.2 PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	14
1.3 ORIGENS DO SISTEMA MUNDO: MARX E LENIN.....	16
1.4 SISTEMA MUNDO MODERNO E DIFERENTES PERSPECTIVAS.....	19
1.5 COOPERAÇÃO SUL-SUL E NORTE SUL.....	20
2. AS RELAÇÕES HISTÓRICAS SINO-BRASILEIRAS E A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO FORTE PROVEDOR DE DISPARIDADE	24
2.1 DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES BRASIL-CHINA (1960-2000).....	24
2.2 A NOVA PAUTA DA BILATERALIDADE: RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA NO SÉCULO XXI (2001-2015).....	38
2.3 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INDUSTRIAL BRASILEIRO.....	49
2.4 O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL CHINÊS.....	55
3. O COMÉRCIO COMO EXPOENTE PARA A VERTICALIZAÇÃO	61
3.1 A INSERÇÃO CHINESA NO EIXO DE PAÍSES CENTRAIS.....	62
3.2 O CASO DA JOINT VENTURE HARBIN AIRCRAFT INDUSTRY LTDA.....	64
3.4 O RECONHECIMENTO COMO ECONOMIA DE MERCADO.....	67
3.5 A INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL E O ESTADO COMO PROVEDOR.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

As relações comerciais e políticas entre o Brasil e a China começaram a desenvolver-se a partir da década de 1960, porém, devido à instauração do governo militar no Brasil, só houve maior fortalecimento a partir da década de 1970. Os países demonstravam alinhamentos favoráveis em vários âmbitos, tendo em vista o foco na criação de instrumentos para o desenvolvimento mútuo de Estados semiperiféricos e as similaridades em princípios de política externa diante do arranjo da sociedade internacional.

Os dois países, em um primeiro momento, engajaram-se na criação de uma cooperação técnica e em uma agenda comum para os países do Sul, com a retórica de se distanciarem dos auxílios prestados pelos países desenvolvidos. Contudo, a partir da década de 1990, o comércio passou a vigorar e tornou-se a principal pauta das relações bilaterais. O Brasil tornou-se um grande exportador de matérias primas para a China, enquanto que a China passou a exportar, principalmente, produtos de alto valor agregado para o Brasil.

Com isso, a China consagra-se no século XXI como um relevante ator econômico para o sistema internacional, no qual cresce de forma extraordinária e logo demonstra grande aproximação com os países em linha de desenvolvimento. O país asiático transformou-se, em 2009, no principal parceiro comercial do Brasil. Assim, o Brasil suscita interesses na China por se caracterizar como uma importante fonte supridora de matérias-primas, principalmente de produtos alimentícios e insumos básicos. E nesse sentido, à medida que a China se dinamiza e se especializa em produtos manufaturados, característica própria de países desenvolvidos, é mantido ou ampliado o interesse na importação de produtos básicos e na exportação de seus manufaturados para o Brasil.

A partir disso, a perspectiva teórica do sistema-mundo coloca que os dois países possuem características semiperiféricas, por estarem envolvidos em uma mesma unidade internacional e ao mesmo tempo serem países em desenvolvimento, logo estando entre Centro e Periferia (WALLERSTEIN, 1979). Diante deste fato, será exposta no primeiro capítulo a perspectiva teórica do sistema mundo, a fim de analisar como se consagra a relação Brasil-China, tendo como foco as dinâmicas entre centro, semiperiferia e periferia.

Em seguida, por haver uma dicotomia na interpretação dos fatos e principalmente na posição da relação bilateral dos dois países, no capítulo 2 serão abordadas as relações históricas e industriais da relação bilateral entre os países, com o intuito de entender como as relações pela perspectiva Sul-Sul se moveram para o âmbito Norte-Sul. Tendo em vista que a

percepção é de que a atual relação entre os países é benéfica para o Brasil, contudo, em uma perspectiva de longo prazo, expõe-se uma maior vantagem para a China (VADELL, 2013). A partir dessa visão, é notável que a interação entre esses agentes que estariam em grau de desenvolvimento relativo próximo, nos âmbitos tecnológico e social aproximar-se-ia da perspectiva Sul-Sul de cooperação. Isso fica claro em discursos e documentos oficiais em que se defende a mútua colaboração das partes para fins comuns e ganhos mútuos. Entretanto, nota-se na prática que essa interação beira a transferência de recursos e tecnologia de forma verticalizada, bem próxima daquela relação previamente estabelecida entre ofertantes e recebedores de cooperação nas décadas que sucederam a segunda guerra mundial, o que possibilita maiores ganhos à China. Dessa forma, posteriormente, busca-se analisar no capítulo 3, o intercâmbio comercial entre os países e alguns casos que induz as relações comerciais com base nas limitações da teoria do sistema mundo, sendo possível utilizá-la em diversos períodos distintos devido às transformações constantes da estrutura mundial, se há uma nova configuração da relação Brasil-China no século XXI. Sendo em que medida uma relação Sul-Sul é construída ou se, na verdade, há a materialização de uma relação Norte-Sul.

1. TEORIA DO SISTEMA MUNDO E O CONCEITO DE COOPERAÇÃO SUL-SUL/NORTE-SUL

O Sistema Mundo teve sua origem na Europa e em algumas partes da América, e logo se expandiu em todo o globo, sendo uma das primeiras teorias que conseguiu se auto delimitar na própria construção de uma economia mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2004). É delimitado como um sistema que expõe atores interligados e que resultam de um único processo histórico, apresentando-se como uma espécie de sistema social unificado, o qual pode ser definido como uma unidade com uma divisão do trabalho singular (labor and hence) e com múltiplas culturas, também interpretado como “*world economy*”. Na estrutura da economia mundo são necessários múltiplos Estados e a interação entre mercados e investimentos o que formam o sistema. Tendo o sistema mundo a capacidade de dinamiza e conseguir englobar as relações entre o Brasil e a China, já que estes podem ser caracterizados como países semiperiféricos.

Ao mesmo tempo, a cooperação para o desenvolvimento entre Estados do eixo Sul-Sul na década de 1980 foi o grande tema para o avanço das relações sino-brasileiras. O intuito, num primeiro momento, estava em construir uma agenda comum para Países em desenvolvimento, fugindo da então temática Norte-Sul.

Sendo assim, este capítulo focará no aparato conceitual teórico do Sistema Mundo, onde será definido o conceito e o contexto histórico, tendo em vista a aplicação da teoria na abordagem da relação Sino Brasileira. Também será abordado os termos de cooperação Sul-Sul e Norte Sul, já que estes denotam o início da cooperação entre os Estados.

1.1 SISTEMA MUNDO CAPITALISTA

Capitalismo não é a mera existência de produção para venda em mercados com a intenção de obter lucro. Não é apenas a existência de pessoas trabalhando por seus salários, pois isto não é suficiente para a definição do capitalismo. O capitalismo é determinado em uma estrutura social apenas quando o sistema estatal dá prioridade à acumulação infinita de capital. A prioridade à acumulação sem fim é imposta através de mecanismos estruturais que penalizam de alguma forma aqueles que possuem atitudes diferentes das então internalizadas pelo capitalismo, enquanto que aqueles que possuem atitudes apropriadas ao sistema são recompensados de alguma forma, fazendo com que muitos se tornem ricos. Utilizando desta

definição, o sistema mundo tem sido um sistema capitalista, principalmente pela sua caracterização de um sistema desigual entre a existência de múltiplos estados (VIOTTI; KAUPPI, 2012).

Para Wallerstein (2004) o sistema capitalista é a acumulação incontrolável do capital. Assim, a economia-mundo e o capitalismo andam juntos, já que não havia uma estrutura política solidificada ou outra cultura hegemônica. Dessa forma, o que os mantém juntos é a eficácia da divisão do trabalho. Ela é a função de constante expansão da riqueza que o sistema capitalista provoca.

O capitalismo requer uma atenção especial pelos empresários e os detentores do poder político. Precisa de grandes mercados e principalmente da pluralidade de Estados. É a partir dos Estados que a zona de interesses ou vantagens absolutas se intensifica dada a garantia da divisão do trabalho:

A constituição dos Estados é um dos principais conceitos da teoria do sistema mundo, afinal de contas as relações comerciais e políticas de todo o sistema, são constituídas, também, pelos Estados. A formação e o desenvolvimento do maior e mais duradouro sistema é um dos pontos principais para toda a estrutura do sistema mundo modernos (HOPKINS, 1982).

Portanto, o Estado está inerentemente ligado ao mercado, ambos são produtos de uma época particular e estão firmemente dentro de uma raiz social mais ampla (GILPIN, 2002). Este mercado é considerado uma estrutura na qual indivíduos ou empresas vendem seus produtos. Não são totalmente livres, logo, as fontes de produção não são totalmente abertas. Pela lógica capitalista, na perspectiva de acumulação de capital, um monopólio é preferível já que a margem de preços e de "*labor*" serão perpetuadas e designadas por apenas um agente. No capitalismo, perfeitos monopólios são difíceis de serem criados, mas os "quase monopólios" não são (VIOTTI; KAUPPI, 2012).

Por conseguinte, a divisão do trabalho dentro da economia mundo capitalista, a partir dos mercados, possui a tarefa de entender a economia política internacional em um núcleo dominante e uma periferia dependente que interagem e funcionam como um todo integrado (GILPIN, 2002). Desde que os "quase monopólios" dependem dos Estados nacionais, eles são largamente alocados dentro de uma proporção sócio-global.

Como exposto por Gilpin (2002), embora o sistema pluralista de Estados seja o requisito primordial para a criação de uma economia mundial, a interação entre o comércio mundial e os investimentos é o mecanismo principal para a estrutura do sistema. Wallerstein

(2004) coloca que a organização da produção global é caracterizada por uma crescente especialização regional, possuindo diferentes métodos de controle do trabalho. Ela seria uma estrutura internacional desigual de Estados que mantém a divisão internacional do trabalho e é responsável pelo acúmulo de riquezas dos Estados capitalistas mais avançados e pelo ciclo de atraso nos subdesenvolvidos e nos demais. Ou seja, essa estrutura é definida por uma divisão desigual internacional do trabalho.

Como exposto por Wallerstein (2004), existem três camadas de Estado que são os principais componentes dessa divisão internacional do trabalho. São ordenados hierarquicamente e diferenciados pela posição que conseguem na estrutura da economia mundial, sendo o centro, a semiperiferia e a periferia. Os Estados do centro tendem a se especializar na indústria e tecnologia (muitos formam os maiores semi monopólios), a periferia é o principal polo de matérias primas e a semiperiferia está entre essas duas camadas.

Uma das características dos estados centrais é a sua imposição hegemônica perante os outros na estrutura da economia mundial. Normalmente, essas zonas se convertem em centrais por dominar o processo de exploração e principalmente pela concentração de mais valia. Os processos de centro consistem na modernização tecnológica, salários relativamente altos e tipos de produção diversificados, comandando todo o sistema econômico mundial (PRECIADO, 2008). Martins (2015) expõe o aspecto político desses Estados por fortes, tendo a alta capacidade de ampliar seus domínios para além de suas fronteiras, e por possuírem alto apreço para o aspecto cultural, em que possuem forte identidade nacional e conseguem ampliar sua identidade como referência para além de suas barreiras geográficas. Estes Estados são altamente especializados nos meios industriais o que os tornam capazes de monopolizar as fontes mais modernas de produção tecnológica. Assim, possuem grandes relações com as zonas periféricas, com o intuito de explorar suas principais reservas naturais (WALLERSTEIN, 2004).

Dessa forma, o centro também influencia no processo de definição das zonas periféricas, dada sua condição de exploração pelo centro e a subordinação aos seus processos de exportações concentrados de recursos naturais. A periferia é constituída de tecnologia rudimentar o que resulta numa produção primária, sendo essencial para o centro (PRECIADO, 2008). Os Estados da periferia não possuem nenhuma identidade nacional e sim fragmentações identitárias. Prevalece a religião ou a ética imposta pelo centro, não conseguindo exercer nenhuma influência externa (MARTINS, 2015). Wallerstein (1996) define a periferia de uma economia mundo como aquele setor geográfico onde a produção é

de bens de baixa categoria, produtora de bens de mão de obra barata, porém é parte integrante da divisão internacional do trabalho. São estados mais fracos perante outros dentro da economia mundo, não estabilizados e dependentes do centro, por isto suas relações com o centro são de alto valor.

Para Zarycki (2007), a perspectiva da relação centro e periferia da escola do relativo desenvolvimento expõe o viés da dependência de países Latinos Americanos no desenvolvimento dos países centrais. Neste entendimento a periferia torna-se dependente por conseqüentemente influenciar na industrialização do centro, através da comercialização de produtos naturais, sendo de grande maioria na exportação de commodities¹.

A semiperiferia estaria entre o centro e a periferia, sendo um espaço que combina ambos os processos. Sua principal característica é no relativo processo de variadas produções o que o coloca em uma situação difícil. Estados semiperiféricos estão sob pressão dos Estados do centro e colocam pressão nos periféricos. O principal objetivo é manterem-se longe de adentrar na periferia e fazem o que podem para tornarem-se centro. Estes estados semiperiféricos estabelecem agressivas barreiras protecionistas com o intuito de proteger seus processos de produção da grande concorrência no exterior (VIOTTI; MARK, 2012).

Diante disso, a “economia mundo” seria aquilo que aceita um centro, um país dominante, um modelo de economia podendo existir vários centros numa mesma economia-mundo. Esta seria a ideia em termos de acumulação de capital para o sistema como um todo, tendo o centro o papel de poder hegemônico, sendo forte o suficiente para definir as regras do sistema internacional e supervisionando se todos os outros Estados, da periferia e da semiperiferia, estão seguindo essas regras (WALLERSTEIN, 2004).

Neste sentido, segundo Hopkins (2012), o subdesenvolvimento não seria uma anomalia e sim o sentido mais correto do que o sistema capitalista e de acumulação de riquezas impõe no sistema-mundo, tornando-se uma parte essencial para o seu funcionamento.

Em vista disso, o sistema mundo capitalista (ou moderno) cria uma estrutura mundial que é interligada em uma só. O sistema mundo moderno possui uma estrutura que consiste neste sistema social vigente, que consiste de: expansão da economia; expansão de múltiplos estados; e a relação do capital trabalho. Neste sistema social, o melhor conceito a designá-lo é o de “desenvolvimento” (HOPKINS, 1982). A perspectiva histórica da teoria

¹ Produtos de matéria prima que são comercializados em larga escala, como soja, carne e minerais.

do sistema mundo será tratada no próximo ponto e dará maior embasamento para expor o seu sentido conceitual bem como as relações Brasil-China.

1.2 PERSPECTIVA HISTÓRICA

O pensamento da teoria do sistema mundo como estrutura começou a surgir no século XVI, com o advento do capitalismo e do novo mercado europeu que começava a abranger o mundo e dar início à economia mundo. As novas dimensões eram dimensões de um império e conseguia abranger um sistema mundial que possibilitaria ser maior do que qualquer unidade política juridicamente definida. Neste novo sistema, existiam duas instituições chaves: a divisão mundial do trabalho e a existência de aparelhos burocráticos do Estado (ARRUDA, 1983).

Em um primeiro momento é importante frisar a divisão do trabalho produtivo, que consiste na transformação das formas feudais em formas capitalistas de produção agrícola, o que manifesta o surgimento do "proprietário" e em que a força do trabalho era determinada pelo poder econômico. Iniciava-se o controle do trabalho agrícola para o mercado. A partir desta nova premissa que se constituía no mundo, a grande abertura e expansão econômica foram as contribuintes para que estruturas burocráticas do Estado se firmassem. A Monarquia Absoluta se viu obrigada a levar em consideração as novas indústrias comerciais agrícolas, resultando em um grande apoio fiscal à monarquia como contribuinte e um novo sócio comercial (ARRUDA, 1983).

No século XVII, entre os anos de 1600-1750, há a consolidação da economia mundo com o advento do mercantilismo e a solidificação da economia europeia. O mercantilismo se torna a nova hegemonia do sistema-mundo (CAMERON, 1981). Assim, em primeiro plano as exportações e importações de matérias primas, principalmente no caso da Companhia Holandesa das Índias Orientais, começam a definir a estrutura. Num segundo momento, as disputas comerciais entre a Inglaterra e a França, como países do centro, logo definem o termo semiperiferia, o que é colocado em campo de visão sendo os países expoentes: Espanha, Suécia, Prússia (JONES, 1981).

Em seguida, nos anos de 1730-1840, começa a se concretizar o sistema mundo moderno ou sistema mundo capitalista. Este período é destacado pela contribuição da Revolução Industrial na Inglaterra, na qual remonta toda a estrutura total capitalista mundial em que máquinas começam a tomar espaço, mercados, empresas, sistemas de Estados

nacionais começam a se polarizar substituindo os sistemas imperiais pré-modernos, oportunizando para que grandes mercados capitalistas escapassem do controle político e liberassem para desenvolver e transformar a economia mundial de acordo com sua lógica interna (GILPIN, 2002). Portanto, toda a divisão mundial do trabalho, que já estava a todo vapor sendo instaurada desde então, é reestruturada na economia mundial. De forma retórica, é importante notar a tardia Revolução Francesa, em comparação com a economia capitalista que se firmava o que denota a competição ideológica e comercial das duas maiores hegemonias da época (França e Inglaterra), sendo uma das características do sistema mundo de países centrais. Wallerstein (2004) descreve a intromissão de áreas não europeias, como na exportação de recursos naturais, na economia mundial que se firmava, sendo perceptível a definição de países periféricos. Territórios como Índia, África Ocidental e Rússia de alguma forma são afetados dentro deste sistema, ocasionando a participação destes países, principalmente no campo agrícola capitalista.

No período de 1815-1914, o sistema mundo passa a ser transformado em um novo hemisfério empreendedor, advindo de consequências do rápido avanço tecnológico industrial. Neste período é visível a mudança da divisão internacional do trabalho e a nova configuração da economia mundo no teor capitalista. Segundo Wallerstein (2004), o liberalismo tornava-se a nova geocultura do sistema mundo, ondas conservadoras e radicais exploravam os princípios de inclusão e igualdade para manter vantagens sobre as massas. O centrismo liberal com uma grande vantagem do capitalismo industrial constituía nova face para a divisão internacional do trabalho. Assim, o século dezenove foi dominado pelos estados centrais que aderiram ao centro liberal imperial, os quais impulsionaram uma reforma populacional em que simultaneamente incentivasse o crescimento econômico e o controle das classes internas (WALLERSTEIN, 2011).

A partir de 1917, há a consolidação do novo sistema vigente, a economia-mundo capitalista até a atualidade, o que inclui as tensões econômicas e revolucionárias que esta nova consolidação provocou (MARTINS, 2015).

Desse modo, o sistema mundo moderno, que se perpetua até os dias atuais, tem como característica uma complexa relação na economia mundo entre empresas, Estados e instituições familiares que ligam todos os membros de diferentes classes e grupos, onde criam três temas ideológicos que dominam toda estrutura como o universalismo, o racismo e sexismo. O universalismo dá prioridade para as regras gerais serem aplicadas igualmente para

todas as pessoas e rejeitar suas particularidades e preferências fazendo com que a “economia mundo” melhore a capacidade de acumulação de capital.

O racismo e o sexismo são termos que se tornaram significativos na fase contemporânea da economia mundo. Significam a discriminação dada a grupos, pessoas ou identidades que não participam do topo (centro) do "ranking" criado pelo capitalismo na estrutura da economia mundial, ou seja, no sistema mundo moderno. Tais termos possuem performances iguais e de importantes alocações de trabalho, poder e privilégio dentro do sistema mundo. Como exposto por Wallerstein (2004)

We are all quite familiar with the worldwide rankings within the modern world-system: men over women, Whites over Blacks (or non-Whites), adults over children (or the aged), educated over less educated, heterosexuals over gays and lesbians, the bourgeois and professionals over workers, urbanites over rural dwellers. Ethnic rankings are more local, but in every country, there is a dominant ethnicity and then the others. Religious rankings vary across the world, but in any particular zone everyone is aware of what they are. Nationalism often takes the form of constructing links between one side of each of the antinomies into fused categories, so that, for example, one might create the norm that adult White heterosexual males of particular ethnicities and religions are the only ones who would be considered “true” nationals. (WALLERSTEIN, 2004, p. 40)

Dessa forma, o sistema mundo instaurado nos séculos XVI e XVII não foi totalmente alterado em sua essência e sim se reproduziu na medida que os ricos se tornaram mais ricos e os pobres mais pobres (GILPIN, 2004). O sistema mundo foi se criando dentro de sua própria estrutura na economia mundial. O mundo foi se transformando em Estados que se originaram dentro da economia mundo onde se dividem a partir da criação da estrutura do trabalho advinda do capitalismo, dentro de suas próprias barreiras comerciais e atualmente dentro de um sistema mundo em que a existência de normas progressivas universais e de práticas discriminatórias são essenciais para a acumulação cada vez mais infinita de capital.

1.3 ORIGENS DO SISTEMA MUNDO: MARX E LENIN

Os autores Marx e Lenin, a partir de seus pensamentos marxistas, proporcionam maior influência à Teoria do sistema mundo. Exibem a estrutura da economia mundo com premissas da acumulação de capital, monopólio e a divisão do trabalho, o que demonstram a margem para expor o desenvolvimento do sistema mundo moderno na escalada capitalista mundial.

O foco da acumulação de capital está na extensão do crescimento e na complexidade de forças produtivas refletidas na mecanização crescente, isso devido às pressões sofridas pelo sistema capitalista. Tendo como ponto de vista, os proprietários de meios de produção e os empregadores de trabalho assalariado para reduzir os custos globais de produção (HOPKINS, 1982):

Central to the formulation are two ideas. One concerns the productions (here including distribution) by the work force of commodities "of more value than that of the elements entering into" their production [...] The other concerns the "realization" and appropriation by capitalists of this surplus value in money form through the sale of produced commodities and the use of portions of this realized surplus to pay for additions to capital, specially fixed capital. (HOPKINS, 1982, p.14).

A acumulação de capital é o resultado de vários conceitos, como: o crescimento da concentração do capital; a competitividade de eliminação das pequenas forças de produção; a proporção de crescimento da sociedade avaliada no empoderamento de capital, entre outras (HOPKINS, 1982).

A teoria do sistema mundo moderno explica a necessidade da criação de um sistema desigual a partir da concentração de capital em determinados Estados ou até mesmo instituições privadas criadoras da força de trabalho. Neste ponto, os níveis salariais são importantes para a acumulação de riqueza, como explicado por Hopkins (1982):

In the form in which the theory is presented, this replenishment occurs through the capitalists paying workers money (wages) for their commodity (labor power) and the latter paying merchants the money for their commodities, namely, means of subsistence (or consumer goods) (HOPKINS, 1982, p.18).

Marx (1972) argumenta que o capitalismo, o qual envolve mercados, trabalho como mercadoria e meios de produção normalmente mantidos em meios privados, produzem efeitos particulares na política, no social e na cultura. Tal fato influencia toda a estrutura econômica. Para o autor, o capitalismo exhibe certas leis de qualidades em termos de desenvolvimento e expansão econômica, que devem ser seguidas.

He viewed capitalism as part of a world historical process unfolding dialectically, an economic system riddled with clashing contradictions or internal tensions that could be resolved only by a revolutionary transformation into a socialist mode of production [...] "Men make their own history, but they do not make it just as they please; they do not make it under circumstances chosen by themselves, but under circumstances directly found, given, and transmitted from the past. The tradition of all dead generations weighs heavily like a nightmare on the brain of the living." (VIOTTI; KAUPPI, 2012, p. 194)

Com isso, a estrutura da economia mundo cria uma estrutura desigual, perante a divisão internacional do trabalho.

The fact that particular states change their position in the world economy, from semiperiphery to core say, or vice versa, does not in itself change the nature of the system. These shifts will be registered for individual states as ‘development’ or ‘regression’. The key factor to note is that within a capitalist world-economy, all states cannot ‘develop’ simultaneously by definition, since the system functions by virtue of having unequal core and peripheral regions. (WALLERSTEIN, 1979, p. 61)

Para efeito de controle de tal estrutura desigual, o sistema capitalista internacional cria formas de defesa dentro do sistema mundial de comércio, como barreiras comerciais. O intuito é em diminuir tais desigualdades, porém, na verdade seriam apenas métodos para incentivar desigualdades. Como exposto por Gilpin (2000), tais barreiras são criadas pelo próprio mercado para dar forças e sentido aos âmbitos comerciais mundiais.

Para Lênin, o capitalismo tem avançado dentro do sistema mundo oprimindo os estados coloniais, sendo os países periféricos, na forma de um estrangulamento financeiro em cima da maioria populacional influenciada por países avançados, ou seja, o centro. O Imperialismo pode ser explicado na simples mudança natural das relações de produção capitalista. O autor coloca que a melhor definição para imperialismo seria o monopólio, que viria da concentração monetária nos bancos, o surgimento das associações monopolísticas industriais e das aquisições territoriais monopolísticas dos Estados avançados. (LORIMER, 1999)

Lenin nota cinco características básicas do imperialismo no estágio capitalista:

(1) the concentration of production and capital has developed to such a high stage that it has created monopolies which play a decisive role in economic life; (2) the merging of bank capital with industrial capital, and the creation on the basis of this “finance capital”, of a financial oligarchy; (3) the export of capital as distinguished from the export of commodities acquires exceptional importance; (4) the formation of international monopolist capitalist associations which share the world among themselves; and (5) the territorial division of the whole world among the biggest capitalist powers is completed. (LORIMER, 1999, p.10)

Nesse sentido, Lênin expõe sua lógica imperial que possui como resultado direto o monopólio do capital. Para o autor o capitalismo tem desenvolvido os oligopólios e os monopólios no qual conseguem controlar todos os setores chaves da economia, aniquilando as pequenas empresas ou as comprando, o que torna os Estados do centro mais fortes, tendo como impacto as empresas imperialistas mundiais (VIOTTI; KAUPPI, 2012).

Assim, os autores contribuem para a explicação da estrutura em seu total mostrando a desenvoltura do sistema mais forte para uns e fraco para outros, o que tem sido definido pela conjuntura do sistema mundo capitalista atual.

1.4 SISTEMA MUNDO MODERNO E DIFERENTES PERSPECTIVAS

A estrutura do sistema mundo sofre transformações constantes, devido à reprodução da estrutura da economia mundial. Desde uma perspectiva histórica, como proposto por Hopkins (1982), o sistema mundo pode ser testado em vários períodos distintos de maneira hipotética, ocasionando várias questões sobre as operações do sistema mundo moderno na estrutura processual econômica vigente da atualidade. Hipóteses concisas, com fatores empíricos, podem ser retiradas da teoria, o que nos revela uma relação bastante abrangente do que o sistema mundo pode significar para a conjuntura de todo o sistema mundial atual.

Na conjuntura capitalista global atual a economia mundial é um constante emaranhado de políticas estatais e de âmbitos privados (constituindo a sociedade civil e empresas de capital privado). Como exemplificado por Gilpin (2000), a crise americana na década de 90 atingiu vários países no âmbito econômico, como o Japão e a Europa e, de certa forma, vários outros Estados. Outro fator seria a força do capitalismo que mais se adere à conjuntura total, advinda do desenvolvimento cotidiano de tecnologia, principalmente a tecnologia vinda dos países do centro. Países esses que para Gilpin (2000) são essenciais para que o capitalismo tome cada vez mais força na conjuntura econômica mundial. Dessa forma, o sistema mundo é definido como um todo integrado, entre todos os Estados e empresas, não sendo totalmente influenciado e regado por Estados de centro, mesmo estes sendo possuidores da hegemonia da economia mundial.

Numa outra perspectiva, Preciado (2008) traz como matriz a fonte interestatal de estrutura do sistema mundo como explicação para a atual conjuntura mundial. O principal processo tripartite da economia mundo sendo centro, periferia e semiperiferia são os divisores de águas do capitalismo. "Implicam uma representação espacial do mundo ligada às mudanças de ritmo dos ciclos de auge e crises dos que estão submetidos à economia capitalista" (PRECIADO, 2008, p.2).

Outro fator são os países que representam as semiperiferias (como Brasil, China, Rússia) os quais representam um papel importante nos seus processos de centro e periferia. Essas zonas, na verdade, podem se converterem em centrais porque dominam todos os

processos de mais-valia e principalmente são consideradas como subordinadas das zonas do centro, quando na verdade colocam todo o seu principal poder na concentração de recursos, sendo muitas das vezes recursos naturais (PRECIADO, 2008 apud SCHWARTZMAN, 2006)

Neste sentido a semiperiferia seria a zona que mais combina, no sentido econômico, entre o centro e a periferia, principalmente pela produção industrial mais dinamizada.

A semiperiferia é o espaço que combina, de uma forma particular, ambos os processos. Esse conceito se aplica diretamente às zonas, regiões ou Estados que supõem a exploração da periferia e sofrem a exploração do centro. (PRECIADO, 2008, p.03)

Deste modo, a capacidade desses países em fazer parte do centro é outro fator que vem à tona na atual conjuntura do sistema mundo moderno. A convergência global atual é vista em diversos campos, na qual incluem âmbitos sociais, econômicos e políticos em uma maior escala e muito devido à globalização. Segundo Schwartzman (2006), "[...] the world-system perspective offers better theoretical leverage for synthesizing the myriad strands of research and the extremely diverse research findings. it also provides a more persuasive explanation for the observed global convergence." (2006, p.01).

Dessa forma, a estrutura do sistema mundo é constituída por diversos fatores que expõem a complexidade de se criar hipóteses, devido à constante mudança do sistema global. Entretanto, a teoria é de grande importância para a interpretação do sistema na qual constitui todo o arcabouço unitário do sistema internacional.

1.5 COOPERAÇÃO SUL-SUL E NORTE SUL

Após o término da segunda guerra mundial, o sistema internacional reconfigurou-se. Dois grandes polos de poder surgiram diante do sistema e a grande maioria dos Estados Aliados saíram da guerra destruídos. Com isso, diante da marginalização desses estados falidos e com a nova estrutura do sistema internacional que tomava impulso e inseria-se, a criação de um órgão assistencial aos países destruídos era necessário e imediato.

Com a separação do mundo em dois grandes polos de poder pelas potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, o interesse primordial estava em criar sistemas de alianças. O tema de assistência aos países massacrados pela guerra já começava a ser debatido pela comunidade internacional, principalmente pelos Estados Unidos. A ajuda primordial era para os países Europeus, o que veio posteriormente como premissa para inserção desses países no novo contexto mundial (MARTINUSSEN; PEDERSEN, 2003).

Contudo, é importante ressaltar que a assistência a esses países foi introduzida estrategicamente diante dos Estados Unidos, para promover ideologicamente e conduzir o distanciamento do comunismo soviético dos países capitalistas ocidentais (CERVO, 1994).

Em 1947, os Estados Unidos da América criaram um plano para a reconstrução dos países aliados da Europa. O Plano Marshall² injetou bilhões de dólares nas economias dos países europeus. Logo a reconstrução desses países foi imediata, tendo em quatro anos a reconstituição econômica de diversos países da Europa (MARTINUSSEN; PEDERSEN, 2003). A distribuição e a coordenação de todos os fundos disponíveis pelo Plano Marshall foram coordenadas pela Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), que também influenciaram na criação de zonas de comércio livre, uniões aduaneiras e a cooperação entre os países membros europeus e os Estados Unidos (CERVO, 1994).

A proposta de reconstrução americana abrangeu diversos outros países do mundo, porém com menos recursos financeiros. O presidente Truman apresentou ao congresso americano o primeiro plano para a expansão econômica dos Estados Unidos, para isso criou o fundo para o desenvolvimento, com contrapartida em combater a ameaça comunista. Assim, países asiáticos como Taiwan e Coreia do Sul foram os primeiros a receberem apoio econômico dos EUA. Em seguida, os países Latinos Americanos e os da África (MARTINUSSEN; PEDERSEN, 2003).

Todavia, em 1948, começou a emergir uma das primeiras iniciativas de estruturação da cooperação mundial (tanto tecnológica, científica e financeira), impulsionada pelas Nações Unidas. Em 1948, a expressão assistência técnica³ passou a ser instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o que levou a lançar seu primeiro programa multilateral para o terceiro mundo⁴, em detrimento do Primeiro Programa de Cooperação Técnica Bilateral dos Estados Unidos para os países subdesenvolvidos. A premissa das Nações Unidas era em construir uma nova ordem econômica global, reforçando a assistência aos diversos países subdesenvolvidos e utilizando a Cooperação Técnica Internacional para todos os fins ideológicos e econômicos (CERVO, 1994).

² Iniciativa americana que recebeu o nome de Secretário Geral dos Estados Unidos.

³ A expressão "assistência técnica" foi instituída, em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que a definiu como a transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, mediante a execução de projetos a serem desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas (Resolução 200 da Assembleia Geral das Nações Unidas).

⁴ Termo utilizado até os anos 1990, para designar os Países neutros na guerra fria e os países pobres do Sul. Entretanto, este termo tornou-se em desuso.

Ainda nos anos 50, o mundo sofria com a pobreza e começava capacitação para o desenvolvimento por todos os Estados. Fora que, neste período, os países fora do contexto de guerra fria começaram a expor reações negativas em referência ao sistema bipolar e a nova divisão das regiões em zonas de influências. O principal fator estava na condição dos países atrasados, em que começaram a exigir do sistema internacional condições mais favoráveis para o desenvolvimento e repudiaram a divisão ideológica do mundo. Sendo assim, a partir das inferências dos estados, a noção de cooperação internacional modernizou-se e em 1959, o termo foi revisto e substituído para cooperação técnica⁵ (CERVO, 1994).

Com isso, os anos sessenta foram marcados pela maior capacitação mútua dos Estados, tanto os desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, para o fornecimento da cooperação técnica internacional, sendo proveitoso para ambas as partes definir as premissas da cooperação e agregar novas funções, em faces aos seus interesses. Os países do Norte passaram a se adaptar como países desenvolvidos, já os países do Sul consagraram-se como países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Esta linha divisória do mundo passou por constantes mudanças ao longo das décadas, tendo no século XXI maior embasamento dos parâmetros desse novo contexto estatal econômico.

Foi apenas a partir da década de 1970 que o termo cooperação sul-sul passou a existir entre os países em desenvolvimento. A cooperação técnica para países em desenvolvimento teria como premissa ser uma alternativa a alianças assimétricas, por alianças mais alinhadas e horizontais. Assim, os países do Sul deveriam cooperar entre si a fim de garantir reformas políticas globais, esforços comuns, resolver problemas sociais com base de identidade compartilhada, na interdependência e na reciprocidade (MILANE; CARVALHO, 2012).

Foi neste contexto que as relações Brasil-China começaram a emergir com mais força e intensidade. O Brasil passou, a partir de 1970, a ter certa repugnância à assistência vinda dos países desenvolvidos, dado que o clima da política externa brasileira prosperava para a cooperação econômica, técnica e científica com condições cada vez mais igualitárias, o que não era visto diante da ajuda prestada pelas Nações Unidas e os Estados Unidos. Desse modo, a aposta brasileira estava no crescimento e aprofundamento das relações com o grupo de países do terceiro mundo e, conseqüentemente, visualizou a República Popular da China retornando ao assento da Cadeira do Conselho de Segurança das Nações Unidas, defendendo

⁵ "Cooperação técnica", termo que era propício para definir uma relação que, se por um lado pressupõe a existência de partes desiguais, por outro representa uma relação de trocas, de interesses mútuos entre as partes.

os mesmos ideais dos interesses brasileiros, opondo-se a diplomacia de direitos humanos dos Estados Unidos, a cooperação mútua comum frente à multilateralidade Sul-Sul e tendo oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos, sendo condicionantes para que o Brasil começasse a enxergar a China como um promissor parceiro na cooperação econômica, científica e política, tendo em vista o desenvolvimento mútuo das duas nações.

Com isso, o termo Sul-Sul passou a ser inserido na comunidade internacional. Vários Estados, em linha de desenvolvimento passaram a utilizar de tal conceito em prol do seu crescimento. A criação de cooperação técnica entre esses Estados demonstrou grandes ganhos, conseguindo, em alguns casos, diminuir com a dependência que se atrelaram aos Estados desenvolvidos. A criação de vários arranjos, como os BRICS⁶, foi outra consequência deste quadro. Desse modo, a comunidade internacional passou a se dinamizar e consagrar-se entre vários polos, enfatizando, principalmente, o lado econômico.

Assim, entende-se que a análise histórica das relações sino-brasileiras é importante para a maior concepção dos fatos que atrelam na verticalização da relação bilateral. Com isso, no próximo capítulo será exposta a relação histórica comercial e política entre o Brasil e a China, demonstrando uma conjuntura de economia internacional de dois países dentro do sistema mundo atual.

⁶ Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul.

2. AS RELAÇÕES HISTÓRICAS SINO-BRASILEIRAS E A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO FORTE PROVEDOR DE DISPARIDADE

As relações Brasil-China foram impulsionadas desde os anos 1960. Até a década de 1990, nota-se, que os países demonstraram grande alinhamento em vários âmbitos, desde comercial a similaridades em princípios de políticas externa.

A partir do século XXI, a China configurou-se como um relevante ator econômico no sistema internacional. Após a morte do líder Mao Tse-Tung, em 1976, e a conquista do poder do Secretário Geral do Partido Comunista Chinês, Deng Xiaoping, o país passou a engrenar grande mudanças no âmbito para o desenvolvimento de sua indústria, abrindo o seu mercado interno para o externo e, posteriormente, ocasionando na mudança de toda a dinâmica da estrutura econômica mundial devido ao seu extraordinário crescimento. Desde então, o país segue como a 2º maior economia e representa 15% de toda a economia global. Tendo em vista que, em 1978, o comércio internacional da China somava apenas U\$20 bilhões (32º lugar no ranking mundial), trinta anos depois, em 2008, assumia a liderança da balança comercial, aumentando 130 vezes para chegar a US\$3,2 trilhões, superando EUA e Alemanha (OLIVEIRA, 2011).

O Brasil, por outro lado, configura-se como umas das dez maiores economias do mundo e é um ator de extrema relevância na América do Sul. O país sul americano, mostrou ondas de industrialização durante a década de 1970, culminando nas exportações produtos manufaturados na década de 1980. Contudo, passou por um longo período de crise econômica alcançando certa estabilização a partir do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1993. Desde então, conseguiu consagrar-se no sistema do comércio internacional, com grande demanda de exportações no setor de commodities.

A partir disso, este capítulo explorará as relações bilaterais sino-brasileiras no âmbito político e econômico a fim de demonstrar maiores entendimentos sobre as relações bilaterais. Também, explorará a industrialização de ambos os agentes, com o propósito de expor o crescimento particular de cada.

2.1 DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES BRASIL-CHINA (1960-2000)

A relação brasileira com a Ásia começou a desenvolver-se no âmbito comercial e político, a partir dos anos 1960. Neste período é importante pensar em uma forte aproximação

entre os dois hemisférios, graças aos interesses na construção de uma agenda política comum a países em desenvolvimento, tentando distanciar da ajuda disponibilizada pelos países desenvolvidos, e em um inicial processo de instauração da economia internacional (OLIVEIRA, 2004).

Nesse sentido, o Brasil e a República Popular da China possuíam algumas similaridades em alguns princípios de política externa, como a determinação em assegurar a autonomia de sua soberania, a integridade territorial, opondo-se a qualquer tipo de interferência nos assuntos internos de outros países e indo de embate no jogo de política externa hegemônica imposta pelos Estados Unidos da América (OLIVEIRA, 2006). Tais evidências foram notadas pelo governo brasileiro que o fez aproximar do país asiático em 1960.

Com a perspectiva de grandes similaridades externas e pela abertura política adotada pelo então Presidente Jânio Quadros, “política externa independente”, o governo da República Popular da China ficou atraído no intuito de dar início às relações bilaterais com o Brasil. Assim, realizou-se, em 1961, diversos ensaios de aproximação comercial e política, tendo o principal exemplo a visita do Vice-Presidente João Goulart à frente de uma missão comercial a China, o que resultou num acordo interbancário e a autorização para que o governo da China pudesse instalar um escritório comercial no Brasil (BIATO, 2010).

No entanto, com a instauração do golpe militar no Brasil e com a ideologia anticomunista do novo governo, ocorreu a prisão, no Rio de Janeiro, em 1964, dos integrantes da comitiva chinesa que visitavam o país para concluir o acordo firmado em 1961. Após o fato, as relações com a China foram cortadas (BIATO, 2010). O impasse perpetuou-se por dez anos, quando então no governo do Presidente Geisel (1974-1979) foi adotado maior flexibilidade ideológica, advinda da observação do Itamaraty na aproximação dos Estados Unidos com a República Popular da China e a recuperação de seu assento no conselho de segurança das Nações Unidas⁷ em 1971. Com isso, a aproximação proporcionou com que os chineses fossem recebidos em uma missão comercial para a compra de açúcar no Brasil (BIATO, 2010).

Com as relações comerciais e diplomáticas mais sólidas baseada na política externa brasileira do “pragmatismo responsável” do Governo Geisel, Brasil e China começam a prosperar em uma cooperação comercial mais lenta. Neste período, o governo brasileiro

⁷ Até então liderada por Taiwan.

demonstrava certos temores ideológicos sob uma eventual penetração subversiva que poderia ser promovida pelo Governo chinês, principalmente a influência comunista (JUNIOR, 2010). Segundo Becard (2011), a década de 1970, foi um período impactante nas variantes internas em ambos os países, o que não proporcionou um início das relações comerciais embrionárias Brasil-China de maneira profícua. Na China mudanças na política interna com a morte de Zhou En-Lai⁸ e Mao Zedong⁹, ambas em 1976, e dificuldades de infraestrutura foram um dos obstáculos nas trocas comerciais e diplomáticas entre os parceiros, fora a grande distância cultural e de conhecimento da própria realidade nacional. Ao mesmo tempo no Brasil, a crise do petróleo começava a assolar a economia do País, após um grande período de crescimento intitulado como ‘‘milagre econômico’’.

Entretanto, a crise que se passava naquela época no cenário internacional e a grande dívida externa brasileira, colaboraram para que o Governo brasileiro superasse as desconfianças dos chineses e por outro lado o país asiático começava a demonstrar maiores esforços na modernização e abertura de sua economia para o âmbito externo. Assim, em 1978, foi assinado o primeiro Acordo Comercial ao qual seria um Convênio de Transportes Marítimos que visava abranger a oferta de serviços (BIATO, 2010). Neste mesmo período a corrente comercial começou a subir, indo de US\$ 19,4 milhões em 1974 para US\$ 202 milhões, em 1979. A principal pauta de exportação chinesa era em produtos primários como o algodão, açúcar e farelo de soja, enquanto que elementos químicos e farmacêuticos foram os produtos chineses importados pelo Brasil. Outro componente importante que começava a configurar o quadro comercial dos países, era a importação de petróleo chinês pelo Governo brasileiro (BECARD, 2011).

Neste mesmo espaço de tempo, é importante destacar outra relevante pauta exportadora do Brasil, que se aproveitando do relativo atraso industrial chinês concentrou-se, também, em produtos industrializados. O qual foi beneficiado pelo período governado pelos militares o qual investiu na industrialização e na estrutura ferroviária brasileira.

O incremento de participações de estatais brasileiras, como a Petrobras, Sidebrás e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), forneceu algumas reuniões da Comissão Mista Comercial, previstas no Acordo Comercial de 1978, o que demonstrou maior endurecimento, de fato, nos avanços bilaterais na década de 1980, já que essas comissões mistas foram realizadas em 1980, 1982 e 1984, tendo como objetivo dirigir o comércio para setores que as

⁸ Primeiro Ministro da China (1949-1974).

⁹ Presidente chefe do Partido Comunista Chinês (1949-1976).

partes possuíam interesses (BIATO, 2010). O que retrata o ponto de vista do autor Oliveira (2004), sendo a partir da década de 1980, que as relações sino-brasileiras são fortalecidas.

O período de 1980 foi marcado pelo grande avanço das relações bilaterais e distintos planos comerciais e políticos internos. Em trajetórias diferentes, os países apresentaram planos de crescimento econômico e inseriram-se de maneira distinta com seus parceiros regionais. A América do Sul avançou na integração política ao contrário do ocorrido na Ásia do Leste (LIMA, 2016). O Brasil tentava se reintegrar no comércio e política internacionais de maneira mais incisiva, com a transição do regime militar para a democracia, o que foi marcado por uma grande crise. Por outro lado, a China realizava constantes reformas econômicas internas e começava investir no desenvolvimento da abertura comercial no âmbito internacional, pois possuía interesses econômicos na América Latina, principalmente na importação de produtos industrializados para o próprio desenvolvimento e por conta da nova premissa que se instaurava na comunidade internacional de aproximação entre os países do Sul optando por não rivalizar com as grandes potências e avançar nos projetos de modernização, o que demonstrou ênfase na cooperação Sul-Sul, sendo um processo que pudesse lhe trazer vantagens (BECARD, 2011).

A partir de 1984, o Brasil começou a expandir fortemente suas exportações para a China, suprimindo a enorme demanda chinesa por insumos industriais. O que de fato se concentrou na exportação de US\$ 83 milhões em produtos siderúrgicos, US\$ 39 milhões em materiais plásticos artificiais, US\$ 15 milhões em fios de fibras têxteis e US\$ 3 milhões em produtos químicos orgânicos. Logo, as importações brasileiras eram totalmente voltadas para o petróleo chinês, o que conseqüentemente gerou saldos favoráveis ao Brasil de US\$ 80 milhões em 1983 e US\$ 400 milhões em 1985 (BIATO, 2010), como exposto na tabela abaixo:

TABELA I: Pauta de exportação do Brasil para a China

Ano	Export. Básicos/ Export. totais	Export. Semi-manufaturados/ Export. totais	Export. Manufaturados/ Export. totais
1985	6,0%	30,1%	63,9%
1986	10,1%	39,5%	50,4%
1987	21,5%	28,0%	50,5%
1988	17,1%	14,0%	68,9%
1989	11,7%	27,5%	60,8%
1990	19,6%	48,8%	31,5%
1991	42,1%	25,6%	32,4%

Fonte: BIATO, 2012.

Os acordos em diversas áreas científicas e tecnológicas e as visitas políticas foram outros fatores que ofereceram maior embasamento para a relação mútua. Ao longo dos anos 80, foram assinados cerca de 20 atos bilaterais com a China, incluindo os acordos nas áreas de energia nuclear, cooperação cultural e educacional. A viagem do Presidente João Figueiredo, em 1984, sendo a primeira viagem de um chefe de Estado durante o regime militar à China, finalizaram o ciclo de fechamento parcial das relações bilaterais (BECARD, 2011). A visita teve como intuito a afirmação da ação diplomática brasileira na Ásia, tendo enfoque em Pequim e alguns dos seus vizinhos fronteiriços (BIATO, 2010).

Logo, em 1985, em retribuição a visita do Presidente João Figueiredo, o então Primeiro Ministro Zhao Ziyang faz uma visita ao Brasil. No decorrer da visita foi estabelecido um mecanismo de consultas bilaterais, tendo como objetivo o exame conjunto de temas da política internacional. A aceitação brasileira na abertura de consulados chineses no Brasil e a assinatura do Acordo Cultural demonstrou forte aproximação social entre os dois países e passou a se desenvolver o intercâmbio de professores e estudantes, programas culturais recíprocos sinalizando a distensão ideológica (BIATO, 2010).

Outro grande marco da década de 1980 foi a viagem do Presidente José Sarney, em 1988, onde foi firmado o acordo espacial do “Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres” (CBERS).

No Governo Sarney, outra medida importante de se notar é na área comercial. O Brasil adquiriu caças militares chineses F-7M, houve o fornecimento, através da Embraer, de aviões civis de 35 a 40 lugares à China, assim como aviões de treinamento Xingu para a Força Aérea chinesa. As atuações políticas e tecnológicas entre as partes vingaram o lançamento de bases sólidas para a parceria estratégica que viria oito anos depois, em 1993 (BIATO, 2010). Porém, vários obstáculos apareceram para ambos os Países no início da década de 1990, o que os distanciou consideravelmente.

No Brasil, mesmo com a abertura e a maior intensidade de participação na comunidade internacional, principalmente com a maior integração com seus países vizinhos, criando o então Mercosul, houve dificuldades em ganhos econômicos no comércio internacional. Esse fato em muito se deveu à grande crise da dívida externa, pressões inflacionárias e a redução de projetos do governo militar que construía bases para a infraestrutura básica do comércio. Ao mesmo tempo, na China, a repressão aos movimentos democráticos, em 1989 a 1990 levou à eclosão de reações negativas ocidentais, ocasionando em um breve entrave na desenvoltura para a abertura comercial. A desintegração soviética,

em 1991, foi outro fator que levou ao isolamento chinês (BECARDI, 2011). Tais fatos demonstraram certos receios na continuidade das relações bilaterais no início dos anos 1990.

No início da década de 1990, as exportações e importações do Brasil com China caíram enormemente. Segundo Biato (2010), outros países asiáticos consagravam o quadro de participação comercial com o Brasil entre 1990 a 1991, as exportações com Taiwan de 16,8% para 18% e a do Japão de 7,5% para 8,1%, enquanto que com a China houve uma queda de 5,1%, em 1985, para 0,7%, em 1991.

Esse quadro de enfraquecimento comercial e político entre os países pode ser explicado por um motivo estratégico do Governo Collor, o qual em detrimento a parcerias alternativas com países em desenvolvimento como a China, preferiu dar maior credibilidade a países desenvolvidos. Já o Governo chinês ampliava suas relações com os países em desenvolvimento, tentando fugir do isolamento até então imposto pelos acontecimentos na comunidade internacional e para aperfeiçoar seu setor industrial. A participação comercial com os Estados da América Latina e a África aumentaram consideravelmente, o que os fizeram inaugurar uma nova plataforma de aceleração e ampliação do processo de reforma ao exterior (BECARD, 2011). Como colocado pelo Presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Li Ruihuan,

Latin America represents one of the most dynamic regions of the planet in terms of economic development. In the political sphere, the region, particularly Brazil, occupies an important strategic position in the world. Brazil is the largest developing nation in Latin America, and China is the largest developing nation in the world. There are many similarities between the two countries: they both intend to reach economic development and improve the living conditions of their population. Thus, cooperation carries a very significant meaning for both countries, as there is no fundamental conflict of interests. In fact, the two countries are complementary. Therefore, I see a very promising horizon for relations between our two countries, especially in the economic field (OLIVEIRA, 2010, p.40).

Em 1986, as exportações brasileiras ainda se concentravam em produtos manufaturados. Já as importações vindas da China, em 1991, começavam a ter uma relativa mudança. O petróleo, produto responsável por cerca de 90% das importações brasileiras em 1987, passava a ser substituído pelo carvão mineral em 1991. O principal motivo estava nos efeitos das políticas de desenvolvimento industrial adotadas pelo governo da China, o que a fez crescer em larga escala, eliminando todo o seu excedente exportável, o que encareceria o Petróleo para que a estatal brasileira Petrobrás comprasse. Mesmo assim, o óleo bruto

continuava como a principal pauta das importações brasileiras, porém, a China começava a demonstrar maior margem para a exportação de produtos com maior valor agregado. Como pode ser observado nas tabelas II e III (BIATO, 2010)

TABELA II: Produtos brasileiros exportados para a China (1986 e 1991)

Produto	Em 1986		Em 1991	
	Valor	Participação(%)	Valor	Participação(%)
Ferro Gusa	115	22,3	-	-
Laminados de ferro/aço	54	10,6	-	-
Vergalhões de aço	28	5,5	-	-
Minério de ferro	28	5,6	88	38,5
Óleo de soja	30	6,0	40	17,6
Fumo	12	2,5	-	-
Uréia	-	-	10	4,5
Polietileno	-	-	1	0,5
Fibras artificiais	-	-	11	4,5
Polipropileno	-	-	6	2,6
Pasta química	-	-	5	2,2
Cordas e cabos	-	-	2	0,8
Outros	250	46,1	64	28,8
Total	517	100,0	227	100,0

Fonte: BIATO, 2010. *U.S milhões F.O.B

TABELA III: Importações brasileiras vindas da China (1986 e 1991)

Produto	1986		1991	
	Valor	Participação(%)	Valor	Participação(%)
Petróleo bruto	254	88,1	-	-
Sementes de mamona	5	1,8	-	-
Óleo de menta arvensis	4	1,7	-	-
Carvão mineral	-	-	4,6	7,4
Óleos de rícino	-	-	1,4	2,2
Outros	26	8,4	56	90,4
Total	289,0	100,0	62,0	100,0

Fonte: BIATO, 2010. *U.S. milhões F.O.B

Com o impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello e o início do governo Itamar Franco, configurou-se um novo quadro das relações externas brasileira. A principal ênfase era no aprofundamento de relações bilaterais com países em desenvolvimento. Nesse período na China, a partir de 1992, foi fundamental a recomposição vigorosa e a reestruturação de seu jogo de política externa e a sua economia, após os episódios de

Tiananmen¹⁰. O Governo do Partido Comunista Chinês intensificou as reformas econômicas implantadas a partir de 1979, o que foram bloqueadas entre 1989 a 1990 sob o impacto da inflação. No âmbito externo, o país tentava recompor suas relações com as principais potências ocidentais e com a Rússia que se reintegrava no cenário internacional, após a queda da antiga União Soviética.

No início do Governo Itamar Franco, o Ministro das Relações Exteriores Fernando Herinque Cardoso convidou o Embaixador da China em Brasília, Shen Yunao, com o intuito de demonstrar grande interesse por parte brasileira em continuar o desenvolvimento da cooperação tecnológica. Logo, em 1993, o Ministro das Relações Exteriores da China, Qian Qichen, esteve em visita oficial ao Brasil, onde foram assinados dois documentos oficiais no âmbito tecnológico, a assinatura do “Protocolo Suplementar sobre a Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélites de recursos da terra”, e de energia, “Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica”. Neste mesmo ano, o vice-primeiro-ministro chinês, Zhu Rongji, visitou o País e ficou entusiasmado com o desenvolvimento em alguns estados e a participação do Brasil no cenário mundial, principalmente nas Organizações das Nações Unidas e no GATT, o que acabou culminando na expressão “Parceria estratégica”. A nova expressão “Parceria Estratégica” demonstrava maior proximidade entre os países, porém, não foi definido o significado da expressão, muito menos os mecanismos para o desenvolvimento da parceria, sendo interpretada apenas como uma especulação sobre a volta das relações com perspectivas mais positivas (OLIVEIRA, 2004).

Após seis meses, como forma de retribuir as ações brasileiras, houve a visita oficial do então Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, ao Brasil. A visita tinha como prerrogativa o interesse em familiarizar-se e conhecer melhor o potencial econômico do grande país regional da América do Sul, o que culminou o ápice da retomada das relações sino-brasileiras (BECARD, 2008).

No tocante intercâmbio comercial sino-brasileiro, houve crescimento de cerca de 600% do entre 1991 e 1995. As exportações brasileiras para a China passaram de US\$ 226 milhões para US\$ 1,2 bilhão, enquanto que as importações brasileiras vindas da China tiveram outro aumento, passando de US\$ 129 milhões para US\$ 1,04 bilhão. Pelo viés chinês, o grande desenvolvimento econômico, trouxe, conseqüentemente, a melhoria dos padrões

¹⁰ Foram os Protestos na Praça da Paz Celestial, em 1989, promovido principalmente por estudantes que não aceitavam as opressões cometidas pelo Governo Comunista Chinês. As manifestações terminaram com a forte opressão cometida pelo Estado chinês contra os manifestantes, ocasionando na morte milhares de pessoas.

alimentares, aumentando a demanda por produtos agroindustriais brasileiros, como óleo de soja e açúcar. Logo, as participações brasileiras nas exportações para a China passam de 0,7% (1991) para 2,6%, enquanto que como proporção total das importações brasileiras à China passou de 0,6% para 2,1% (BIATO, 2010). É relevante expor a nova configuração da pauta exportadora chinesa para o Brasil, a partir de 1991, muito constituída por produtos industrializados. Tal efeito é direcionado graças ao rápido desenvolvimento industrial chinês, o qual já possuía sua pauta de exportação constituída de artigos de couro, calçados, têxteis e confecções, brinquedos e artigos eletrônicos simples, e já se revelava como um novo grande competidor para o Brasil, como exposto nas tabelas abaixo:

TABELA IV: Importações brasileiras vindas da China (1993 a 1995)

Descrição	1993		1994		1995	
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part.%
Máq. e aparelhos elétricos	56,7	18,6	119,0	25,7	192,4	18,5
Brinquedos e jogos	7,3	2,4	24,7	5,3	103,3	9,9
Produtos químicos orgânicos	44,5	14,6	52,6	11,3	91,6	8,8
Vestuário	2,4	0,8	12,7	2,7	73,3	7,1
Caldeiras/ instrumentos mecânicos	45,2	14,8	39,4	8,5	69,6	6,7
Calçados	7,4	2,4	22,4	4,8	67,4	6,5
Carvão de coque	33,0	10,8	36,3	7,8	57,0	5,5

Fonte: BIATO, 2010 (MDIC/SECEX)

A alteração na pauta exportadora brasileira é bastante significativa nesse período. O que se concentrava em produtos manufaturados e semimanufaturados na década de 1980 transformou-se na venda de poucos produtos, quase todos primários na década de 1990 (BIATO, 2010).

TABELA V: Pauta de exportação do Brasil para a China (1993 a 1995)

Descrição	1993		1994		1995	
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part.%
Óleo de Soja	11,0	1,4	416,9	50,7	550,9	45,8
Minério de ferro	112,8	14,5	130,4	15,9	155,9	13,0
Açúcar	0	0	0	0	112,3	9,3
Ferro fundido, ferro, aço	532,3	68,3	175,3	21,3	96,5	8,0
Autopeças	1,8	0,2	0,8	0,1	68,2	5,7
Caldeiras/instrumentos mecânicos	37,2	4,8	21,5	2,6	47,6	4,0
Máq., aparelhos elétricos	1,7	0,2	2,7	0,3	27,4	2,3

Fonte: BIATO, 2010.

Jenkins (2012) justifica que um dos maiores motivos para alavancar as relações entre os países foi a transformação da pauta exportadora brasileira. O autor expõe que o País asiático possuía um déficit em produtos primários, como ferro e soja, importantes para o seu aprimoramento industrial e para o consumo da população.

Já pelo ponto de vista do comércio internacional e pelo desenvolvimento das estruturas internas feita pelos países, expõe-se que, no período de 1980, a China criou três Zonas Econômicas Especiais, todas no litoral sul da província de Guandong. Em seguida criou mais duas ilhas, Xiamen em 1981 e a Hainan em 1988. O principal objetivo era receber capitais estrangeiros para as indústrias de importações. Com dez anos de sua política de abertura e exportação a China já tinha ultrapassado o Brasil nos indicadores econômicos mundiais. Apresentando um crescimento médio de 10% ao ano, seu PIB já se encontrava em um nono lugar no ranking mundial, o comércio com o exterior, atingia a casa dos US\$47,5 bilhões. Já o Brasil ainda não tinha regulamentado suas Zonas de Processamento de Exportação. Apenas dezoito tinham sido autorizadas. O comércio com o exterior somava cerca de US\$ 33 bilhões, tendo o PIB na décima colocação na escalada mundial (MELUCCI; OLIVEIRA, 2012).

Sendo assim, entre o período de 1986 a 1992, é surpreendente a mudança na pauta exportadora brasileira, se comparada ao término dos anos 70 e o início dos 80. As exportações de ferro e aço reduzem-se em 80%, enquanto que minério de ferro aumentam 38%, os produtos agrícolas retornam e passam a dominar a pauta exportadora para a China, no lugar dos produtos siderúrgicos. Tais novas pautas exportadoras são as mesmas até os dias atuais (BIATO, 2010).

TABELA VI: A nova pauta exportadora brasileira para a China (1992)



Fonte: The Observatory of Economic Complexity, 1992

A década de 1980 foi de extrema importância para as indústrias chinesas. Com o incentivo do Governo, a rápida industrialização, demonstrando resultados na década de 1990, conseguiu gerar um setor industrial mais moderno, eficiente e competitivo internacionalmente.

Contudo, pelo lado brasileiro, foram poucas as iniciativas para venda de produtos de maior conteúdo tecnológico à China. Houve apenas uma única tentativa assumida pela empresa China Great Wall Industry, a qual também foi responsável pelo serviço de lançamento de satélites sino-brasileiros do programa de cooperação técnica CBERS, em comprar do Brasil US\$ 15 milhões em produtos de alta tecnologia, em troca de offset¹¹, o que não foi possível devido à grande concorrência brasileira neste setor (BIATO, 2010).

Este âmbito econômico demonstra a contradição em se criar uma perspectiva bilateral horizontal. Portanto, é de suma importância à transformação no quadro de exportações dos países, o que demonstra o grande avanço industrial Chinês, para então se tornar um país do centro, e a estagnação brasileira, tendo crescido em poucos setores industriais e com a retomada da pauta agrícola, que perpetua até os dias atuais. Como colocado pela tabela VII.

TABELA VII: Principais produtos exportados para a China (1991 a 1994)

Descrição	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%	1994	%
Agropecuária	14.369.733	3,76	3.986.931	1,76	1.170.450	0,25	1.240.632	0,16	942.723	0,11
Algodão não cardado	14.267.444	-	3.563.805	-	250.533	-	-	-	487.034	-
Extrativa mineral	52.079.632	13,64	88.823.353	39,23	217.136.156	47,20	114.277.269	14,66	131.699.811	16,01
Minérios de ferro	51.452.958	-	88.032.217	-	99.031.838	-	112.828.254	-	130.384.988	-
Siderurgia	120.795.572	31,64	30.147.196	13,32	96.067.995	20,88	572.614.280	73,47	178.710.598	21,73
Ferro Gusa	6.547.791	-	6.927.566	-	1.083.280	-	11.039.116	-	347.122	-
Laminados planos	2.724.242	-	18.148.112	-	24.999.123	-	231.937.114	-	58.552.058	-
Semimanufaturados de ferro ou aço	1.450.736	-	3.767.012	-	67.095.335	-	291.466.326	-	118.234.502	-
Peças e veículos	7.770.189	2,04	2.207.484	0,98	1.826.942	0,40	3.133.093	0,40	5.857.333	0,71
Veículos	6.215.477	-	-	-	42.338	-	106.714	-	457.375	-
Partes e peças para veículos	1.554.712	-	2.207.484	-	1.784.604	-	3.026.379	-	5.399.958	-
Celulose, papel, gráfica	3.094.399	0,81	6.463.318	2,85	11.821.951	2,57	8.624.514	1,11	9.564.429	1,16
Pastas químicas de madeira	1.142.834	-	5.264.597	-	11.493.388	-	7.795.325	-	6.682.290	-
Óleos vegetais	124.337.886	32,57	40.055.723	17,69	48.407.553	10,52	10.959.744	1,41	417.160.602	50,72
Óleo de soja em bruto	121.979.010	-	40.055.723	-	41.883.844	-	10.959.744	-	416.935.602	-
Madeira e mobiliário	430.529	0,11	342.172	0,15	475.895	0,10	370.154	0,05	561.645	0,07
Madeira serrada ou fendida	-	-	14.607	-	6.539	-	95.021	-	424.172	-
Calçados, couros e peles	3.139.569	0,82	2.024.457	0,89	2.686.556	0,58	9.871.659	1,27	6.837.493	0,83
Couros e peles depilados	3.102.205	-	1.995.557	-	2.664.215	-	9.715.219	-	6.693.403	-
Total 8 setores	326.017.509	85,39	174.050.634	76,88	379.593.498	82,51	721.091.345	92,52	751.334.634	91,36
Demais setores	55.786.336	14,61	52.355.187	23,12	80.438.118	17,49	58.303.627	7,48	71.081.513	8,64
Total Geral	381.803.845	100	226.405.821	100	460.031.616	100	779.394.972	100	822.416.147	100

Fonte: BECARD, 2008.

¹¹ É um processo plano gráfico cuja essência consiste em repulsão entre água e gordura (tinta gordurosa).

Desse modo, as relações comerciais sino-brasileira ganhavam outra característica, principalmente no âmbito econômico. Foi no Governo Fernando Henrique, em 1995, que foi demonstrada maior margem para as relações externas com países do eixo Sul-Sul, assim como, também, abria caminhos para a cooperação Norte-Sul. Entretanto, a oscilação bilateral com a China retornou. Neste período diversas perspectivas foram apontadas como causa, principalmente a crise que assolava os países do continente asiático. O Brasil passava por uma nova configuração interna, retornava a uma maior conjuntura econômica liberal, conseguindo fortificar o plano real. Por sua vez, a China ganhava cada vez mais espaço no cenário da diplomacia externa e na economia mundial.

Tomando posse, em 1995, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) tomou como prioridade a economia brasileira. Tendo consciência do poder limitado brasileiro, tanto no plano político quanto no econômico, mudou a configuração da política externa para um ambiente do multilateralismo moderado, procurando desenvolver relações políticas e econômicas com médias e grandes potências (BECARD, 2008). Logo, no seu primeiro discurso é visto o aprimoramento das relações sino-brasileiro, o qual definiu a Ásia como uma das prioridades de sua política externa, tendo visitado a China, a Malásia e o Japão no seu primeiro mandato (OLIVEIRA, 2008).

Na China o quadro era de uma política externa ainda voltada para o contexto dos países em desenvolvimento, tendo em vista que mantinham laços estratégicos com os países desenvolvidos, o que foi um dos planos estratégicos de sua política externa e econômica. Fatos marcantes aconteceram nesse período, como a morte do líder Deng Xiaoping, o líder da revolução que abriu a economia ao exterior, a reintegração, apenas 150 anos depois da colonização britânica, de Hong Kong que daria maior força para o desenvolvimento econômico chinês e o IX Plano Quinquenal para o período 1996/2000 (OLIVEIRA, 2012).

No ano seguinte da posse do presidente Fernando Henrique, em 1995, foi realizado uma viagem oficial à China, onde foram assinados seis documentos, tendo a grande maioria na área de cooperação técnica. O interesse chinês no Brasil era praticamente nos projetos de cooperação técnica e nas exportações de matérias primas (BECARD, 2008). Porém, a visita oficial não conseguiu outros ganhos para o Brasil. A crise política entre os países devido a previsíveis desconfortos causados pela cooperação técnica, principalmente, no âmbito energético e econômico comercial o qual não estava demonstrando resultados pela parte brasileira, agravou-se pelos desentendimentos na Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1996, onde o Brasil decidiu primeiramente se abster, logo em seguida votar contra a

"moção de não ação". Assim, os chineses interpretaram o apoio brasileiro ao ocidente como uma traição. Com isso houve uma queda na balança comercial e um breve distanciamento político entre os países (BIATO, 2010).

Assim, em 1998, as relações comerciais despencaram. Desde os anos 1995-1997, as relações comerciais entre os países eram mantidas em US\$ 2,2 bilhões, porém, em 1998, esse valor cai para R\$ 1,54 bilhões, tendo o Brasil na sua maior pauta de exportação de produtos primários, o que pode ser demonstrado diante das tabelas VIII e IX. Vários motivos foram apontados como causadores dessa nova oscilação econômica. A crise financeira asiática fez com que as exportações chinesas à Ásia, seu maior mercado importador, se reduzisse. O que rapidamente atingiu o Brasil, principalmente pela taxa de câmbio, conduzindo a flutuação do real consequentemente a desvalorização da moeda brasileira. Outro fator que teve grande impacto restritivo nesse âmbito comercial foi a observação brasileira no quesito da reestruturação comercial com a China, onde observa-se a concretização de um tipo de relacionamento vertical entre os países, em que o Brasil fornece produtos que funcionam como matéria prima enquanto que Pequim exporta para o Brasil produtos de valor mais agregado. É importante notar que neste período os chineses já possuíam grande demanda de produção em mão de obra com equipamentos sofisticados, deixando para trás sua principal pauta exportadora de commodities como o Petróleo, na década de 1980. Dessa forma, o Brasil passou a aplicar medidas restritivas às importações chinesas, principalmente na área têxtil e de brinquedos, respondendo a uma grande demanda de empresários nacionais que reclamavam da grande demanda de consumo dos brasileiros desses produtos chineses, que possuíam um valor mais barato. O Brasil também pleiteou, dentro da Organização Mundial do Comércio, a redução tarifária de vinte produtos de seus interesses, anos depois concedida pela China (BIATO, 2010).

TABELA VIII: Pauta de exportação do Brasil para a China (1997 a 1999)

Descrição	1997		1998		1999	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Minério de ferro/concentrados	179,4	16,5	199,7	22,1	242,1	35,8
Soja triturada	89,2	8,2	221,6	24,5	111,3	16,5
Pasta química de madeira	34,1	3,1	24,0	2,7	52,6	7,8
Óleo de soja em bruto	253,7	23,3	94,9	10,5	45,4	6,7
Fumo em folhas	-	-	6,4	0,7	38,5	5,7
Couros e peles	13,7	1,3	15,2	1,7	21,4	3,2
Farelo de soja	264,8	24,3	196,7	21,7	14,3	2,2
Papéis fotográficos	34,9	3,2	42,0	4,6	10,6	1,6
Aços laminados	26,1	2,4	6,7	0,7	10,1	1,5
Ferro-ligas	-	-	-	-	8,8	1,3
Veículos e autopeças	13,8	1,3	11,8	1,3	-	-
Polímeros etileno, propileno	12,4	1,1	-	-	-	-

Fonte: BIATO, 2010.

TABELA IX: Importações brasileiras vindas da China (1997 a 1999)

Descrição	1997		1998		1999	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Aparelhos transmissores	86,5	7,4	44,7	3,8	52,8	6,1
Brinquedos	66,4	5,7	72,4	7,0	49,3	5,7
Carvão de coque	68,5	5,9	87,1	8,4	37,1	4,3
Compostos heterocíclicos	29,7	2,5	31,1	3,0	34,2	4,0
Maquinas processamento dados	-	-	44,2	4,3	32,9	3,8
Motores/geradores elétricos	26,5	2,3	34,5	3,3	32,1	3,7
Partes de aparelhos vídeo e de som	-	-	-	-	22,4	2,6
Compostos nitrogenados	-	-	-	-	18,6	2,1
Calçados e componentes	62,5	5,4	40,0	3,9	17,4	2,0
Toca-fitas	-	-	23,4	2,3	15,4	1,8
Vestuário	72,2	6,2	32,5	3,1	-	-
Aparelhos eletromecânicos	-	-	22,5	2,2	-	-
Aparelhos de fotocópia	32,0	2,7	-	-	-	-
Aparelhos de telefonia	23,5	2,0	-	-	-	-
Alho	27,3	2,3	-	-	-	-

Fonte: BIATO, 2010.

Portanto, as relações sino-brasileiras desde 1974 a 1999, configuraram um quadro de oscilação tanto no âmbito político quanto no econômico. Os dois países desenvolveram grande paridade no quesito política externa, entretanto, não conseguiram desenvolver perspectivas econômicas igualitárias. O Brasil investiu a todo custo nos seus expoentes estruturais urbanos e na fomentação tecnológica do campo rural, exportando, assim, para China grande quantidade de produtos manufaturados, na década 1980, tendo importado principalmente commodities do país Asiático, como petróleo. Contudo, o rápido desenvolvimento industrial chinês dá margem para uma grande alteração na década 1990, o que é profundamente sentida pelo Brasil que passa a ter 75% de sua pauta exportadora de

commodities. Esta nova configuração econômica dá margem a um eixo de cooperação vertical e, principalmente, dá margens para o fortalecimento da Parceria estratégica que virá nos próximos anos com a principal temática econômica, tema que será melhor abordado no próximo tópico.

2.2 A NOVA PAUTA DA BILATERALIDADE: RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA NO SÉCULO XXI (2001-2015)

A partir dos anos 2000, houve o amadurecimento da relação bilateral sino-brasileira, principalmente comercial. Segundo dados do IPEA (2011), a evolução das relações entre Brasil e China, entre 2000-2010, apresentou crescimento superior à elevação do comércio entre Brasil e o mundo. Entre os anos 2000 a 2010, as exportações do Brasil para a China cresceram num valor aproximado de US\$1,1 bilhão, sendo 2% do total de toda a exportação do Brasil, para US\$ 30,8 bilhões transformando-se em 15% do total das exportações brasileiras. Enquanto que as importações brasileiras da China passaram a configurar um total de 14%. No âmbito da política externa, os dois países passam a conduzir apoio mútuo em diversos temas da nova agenda internacional que se consagrava. Desse modo, a relação sino-brasileira passa a ganhar rumos notórios e consagra a importância, mais acentuada, da China para o Brasil.

Este período demonstra a análise feita por Pequim, no final dos anos 1990,

[...] O Governo chinês, segundo depoimentos de altos funcionários seus, encontrava-se largamente satisfeito com o estado das relações, excetuado unicamente o posicionamento brasileiro em relações ao tema dos direitos humanos na China. Indagado se a Parceria Estratégica havia dado relativamente poucos frutos em seus primeiros anos, visão amplamente difundida entre os meios empresariais e governamentais brasileiros a partir de 1996, o Embaixador Chen Duqing afirmou crer que, efetivamente, “em seus primeiros anos, a Parceria Estratégica ficou algo aquém das expectativas”. Justificou esse fato, argumentando que “é natural haver uma certa demora nos resultados. Afinal, o fato de altos dirigentes estabelecerem a Parceria em determinado momento significa que os resultados devam ou possam ser imediatos”, até porque caberia a esses líderes apenas apontar o “caminho”, que precisaria ser trilhado pelos agentes privados e os demais interessados”. Apontando a existência de uma certa impaciência brasileira, afirmou que “os resultados concretos começaram a ser colhidos nos anos 2000, com o aumento substancial do comércio bilateral”. (BIATO, 2010, p.102).

No segundo mandato do governo Fernando Henrique, houve certa diminuição na perspectiva bilateral de política externa. Como exposto, na primeira gestão do governo

Fernando Henrique a centralização comercial e a política com países asiáticos foi de suma importância para a continuidade e o fortalecimento das relações entre os países, contudo, devido à crise asiática que abalou todo o cenário do comércio mundial, tendo impacto no Brasil, os testes de artefatos nucleares realizados pelo Governo indiano, o que levou o Brasil a denunciar o acordo nuclear que tinha com aquele país, teve todo um impacto para que o Governo brasileiro começasse a optar por uma política externa e comercial mais “conservadora” (BECARD, 2008). É neste sentido que o Brasil, em 2001, apoia a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, o que demonstra o interesse pela parte brasileira no comércio chinês, tendo em vista maior aparato jurídico para a regulação do comércio entre os Países.

Com a chegada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, muda o cenário de distanciamento político com a China. O novo Governo brasileiro decidiu em promover uma política de intensificação de diálogos políticos e econômicos “Sul-Sul”. Neste período o intuito era em dar maior foco aos principais países emergentes do mundo em desenvolvimento, o que implicava em criar novas alianças estratégicas com a China, Rússia e Índia, e, ao mesmo tempo, fornecer maior fortalecimento aos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (BIATO, 2010).

Outra nova consonante na nova configuração da política externa estava no intuito do Governo Lula em priorizar a integração dos países da América do Sul. O objetivo era tornar o Brasil um novo global player através da integração do continente da América do Sul, tendo em vista que a aproximação com a China seria decisiva para o maior desenvolvimento do Brasil como um todo (OLIVEIRA, 2010).

Neste mesmo parâmetro a China crescia em larga escala e se integrava cada vez mais no cenário internacional, principalmente no comércio mundial. Diante do comando do líder máximo do partido Jiang Zemin, dando continuidade a partir de 2003, o então novo Presidente da China Hu Jintao alavanca a política externa para um nível global. O regime comunista chinês aprofundou as bases de reformas do mercado e investiu na aproximação com diversos países do mundo, criando fóruns de debates empresariais sino-árabes e conquistando novos espaços estratégicos com países africanos. Na Europa o país retornou suas negociações com a França, embargada na década de 1990 devido as vendas de material bélico a Taiwan. Com os Estados Unidos, devido aos graves entraves feitos pelos americanos na condução dos Direitos Humanos pelos chineses, no final dos anos 1990, foi alterado no

segundo Governo Clinton que tinha como premissa abandonar a tese de “confrontação” alterando para “engajamento”, o que propiciou vencer as dificuldades de convivência entre a China e os Estados Unidos (BIATO, 2010).

Já na América Latina, a partir de 2003, a aproximação dar-se a partir da modernização baseada na industrialização intensiva chinesa, tendo como foco a busca por mercados, matérias primas e tecnologia, sendo elementos principais para o desenvolvimento chinês (BECARD, 2011).

Assim, é visível o engajamento de ambos os lados para que se restabeleçam os laços das relações políticas e comerciais entre os países. A grande demonstração está na visita oficial do Presidente do Brasil à China, em 2004 e do Presidente Hu Jintao ao Brasil, meses depois.

A China, em 2003, tornava-se o terceiro mais importante parceiro comercial do Brasil. O intuito da viagem estava em reiterar o fortalecimento das relações comerciais, já que esse passava a ser um grande peso para o Brasil. Enquanto que o Governo chinês possuía interesses claros em enaltecer o Brasil a partir do termo “Parceria Estratégica” que, até então, tinha pouco poder entre os países no reconhecimento como economia de mercado e na assinatura de alguns memorandos econômicos (BIATO, 2010).

Logo, a primeira pauta colocada pelo Brasil em rodadas de negociação com a China, foi a criação de uma comissão bilateral que proporcionasse a dinamização e fortalecesse as comissões mistas setoriais de assuntos estratégicos que o Brasil possuía com a China, desde 1980. Assim, o Governo Lula propôs a criação de uma comissão bilateral de Alto Nível e Coordenação (COSBAN), a ser presidida por altos funcionários governamentais, com o poder decisório em diversas áreas de cooperação (HOLANDA, 2016). O que fornecerá, mais tarde, grandes diálogos estratégicos sobre política e a agenda internacional.

Os grandes contornos em que foi demonstrado na política externa brasileira perante a comunidade internacional, com ênfase aos organismos internacionais e de diálogos, foi fortalecido pelo Brasil com a China. Na visita do Presidente Hu Jintao, o Presidente Lula reforçou a atuação conjunta dos dois países no G-20¹², na OMC e na ONU (BIATO, 2010). Organismos multilateral de conversação tomaram força devido ao engajamento brasileiro em

¹² Grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

influenciar maior presença chinesa, como os BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) e o G-5¹³ (BECARD, 2011).

A visita brasileira à China foi composta por uma tripulação de cerca de quatrocentos empresários. O principal intuito estava em demonstrar a grande importância comercial que o Brasil visava conferir à China (BECARD, 2011). Ao mesmo tempo firmava-se a principal pauta exportadora brasileira para a China em produtos primários, minerais e recursos naturais, com pouco teor tecnológico (GOUVEA; MONTOYA, 2013). Enquanto que a visão chinesa estava na assinatura de significativos novos acordos de cooperação técnica bilateral, já que estava longe de ser um grande destino para os capitais chineses considerando os investimentos diretos das empresas no exterior, que se destinam, em sua maioria, para países asiáticos e, principalmente, para economias já desenvolvidas (ROSITO, 2016). O Brasil alcançava a 17º posição no quesito exportação e 23º nas importações da China (BIATO, 2010). Porém, os anos de 2000 a 2004 foram fundamentais para o aprofundamento das relações econômicas entre os países, para então o comércio ser o grande motivo de pauta nas visitas oficiais.

A partir de 2002, as exportações brasileiras para a China cresceram de forma absurda, em comparação ao final da década de 1990. A China já se posicionava na quarta colocação do ranking brasileiro, sendo o maior importador do mercado brasileiro da Ásia, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços,

TABELA X: Principais parceiros brasileiros

Ranking	Principais Países	Exportação		Participação		Variação	
		2002	2001	2002	2001	Absoluta	%
1	Estados Unidos	15.354	14.190	25,4	24,4	1164	8,2
2	Países Baixos (Holanda)	3.182	2.863	5,3	4,9	319	11,1
3	Alemanha	2.537	2.502	4,2	4,3	35	1,4
4	China	2.520	1.902	4,2	3,3	618	32,5
5	México	2.342	1.868	3,9	3,2	474	25,4
6	Argentina	2.342	5.002	3,9	8,6	-2660	-53,2
7	Japão	2.098	1.986	3,5	3,4	112	5,6
8	Bélgica-Luxemburgo	1.892	1.812	3,1	3,1	80	4,4
9	Itália	1.816	1.809	3,0	3,1	7	0,4
10	Reino Unido	1.769	1.705	2,9	2,9	64	3,8
11	França	1.525	1.648	2,5	2,8	-123	-7,5
12	Chile	1.461	1.352	2,4	2,3	109	8,1
13	Rússia	1.252	1.103	2,1	1,9	149	13,5
14	Espanha	1.120	1.042	1,9	1,8	78	7,5
15	Coreia do Sul	852	736	1,4	1,3	116	15,8
16	Venezuela	797	1.092	1,3	1,9	-295	-27,0
17	Canadá	782	555	1,3	1,0	227	40,9
18	Índia	654	285	1,1	0,5	369	129,5
19	Emirados Árabes Unidos	653	440	1,1	0,8	213	48,4
20	Colômbia	637	606	1,1	1,0	31	5,1
Total		60.362	58.223	100,0	100,0	2.139	3,7

Fonte: SISCOMEX

Fonte: SISCOMEX

¹³ Bloco dos cinco países em desenvolvimento (México, Brasil, China, Índia e África do Sul).

Como colocado por Oliveira (2004), é notória a volta maciça da presença chinesa no mercado brasileiro. Em 2001, foi criada, devido a constantes acordos de cooperação técnica na área de energia, uma joint-venture entre a Companhia Vale do Rio Doce e a siderúrgica Baosteel. Em 2002, já se observa a demanda chinesa para o consumo de carne bovina e de frango, sendo assinado, em seguida, um acordo de equivalência sanitária, abrindo as portas chinesas para exportação brasileira de carne bovina e de frango. Logo, foi assinada a parceria entre a Embraer e a empresa aeronáutica chinesa AVIC II. Com isso, é visível a contínua presença de produtos de baixo valor, como a principal pauta exportadora do Brasil para a China, sendo em suma produtos agrários e de baixo valor tecnológico, como colocado pela Tabela XI.

TABELA XI: Pauta de exportação do Brasil para a China (2001)

Ranking	Produtos	Variação				Part. %		Contribuição
		2002	2001	Absoluta	%	2002	2001	%
1	Minérios de ferro	3.049	2.932	117	4,0	5,1	5,0	5,5
2	Soja em grão	3.032	2.726	306	11,2	5,0	4,7	14,3
3	Aviões	2.335	2.839	-504	-17,8	3,9	4,9	-
4	Farelo de soja	2.199	2.065	134	6,5	3,6	3,5	6,3
5	Automóveis de passageiros	2.005	1.951	54	2,8	3,3	3,4	-
6	Apars.transmissores/recep.	1.782	1.762	20	1,1	3,0	3,0	0,9
7	Petróleo em bruto	1.691	721	970	134,5	2,8	1,2	45,3
8	Calçados	1.516	1.684	-168	-10,0	2,5	2,9	-
9	Semimanuf. de ferro/aço	1.410	1.081	329	30,4	2,3	1,9	15,4
10	Motores p/veículos	1.341	1.112	229	20,6	2,2	1,9	10,7
11	Carne de frango	1.335	1.292	43	3,3	2,2	2,2	2,0
12	Café em grão	1.195	1.208	-13	-1,1	2,0	2,1	-
13	Celulose	1.160	1.246	-86	-6,9	1,9	2,1	-
14	Autopeças	1.159	1.172	-13	-1,1	1,9	2,0	-
15	Açúcar em bruto	1.111	1.401	-290	-20,7	1,8	2,4	-
16	Açúcar refinado	982	878	104	11,8	1,6	1,5	4,9
17	Fumo em folhas	978	921	57	6,2	1,6	1,6	2,7
18	Couros e peles	956	872	84	9,6	1,6	1,5	3,9
19	Suco de laranja	869	813	56	6,9	1,4	1,4	2,6
20	Alumínio em bruto	813	676	137	20,3	1,3	1,2	6,4
	SUBTOTAL	30.918	29.352	1.566	5,3	51,2	50,4	73,2
	TOTAL	60.362	58.223	2.139	3,7	100,0	100,0	100,0

Fonte: SISCOM EX.

Fonte: MDIC/SECX.

Entretanto, é importante frisar sobre a tentativa brasileira de diversificar a sua pauta exportadora para a China. Na maioria das tentativas de diversificação de produtos para exportação, o Brasil encontrou sérias dificuldades, principalmente em produtos considerados estratégicos pelo Governo chinês. Como no caso mais específico, por se tratar de um produto com alto teor tecnológico, a tentativa, de certo modo frustrada, da Embraer em exportar jatos

para o país Asiático. Entretanto, pode ser constatada a participação de aviões nas exportações brasileira para China, na tabela XI.

No âmbito econômico, as importações realizadas pelo Brasil para o mercado chinês, cresceram em larga escala que foi marcada por setores industrializados, como equipamentos eletrônicos e químicos farmacêuticos. Desse modo, a China já se configurava na terceira posição de maior exportador de produtos para o Brasil enquanto que na estrutura chinesa o Brasil estabelecia-se na décima segunda colocação (BECARD, 2011).

Já o país Asiático demonstrava sua abertura ao mercado mundial de maneira mais enfática. Com a entrada na OMC, a China expõe sua total abertura na área de serviços e dava margens para o investimento de capital estrangeiro, com a instalação de diversas multinacionais principalmente de produtos eletrônicos no país, dando continuidade à política industrial nacional¹⁴.

Nesse período a China consagrava-se como o maior exportador de produtos manufaturados, como calçados, tecidos, confecções e principalmente eletrodomésticos, tendo, em 2003, um crescimento da sua exportação de cerca de 44,8%. Os fatores necessários para acontecer este enorme crescimento estão na mão de obra barata e a importação de matérias primas em abundância. Em relação ao Brasil, o país possuía interesses específicos na área comercial, tendo como principal nicho o setor de commodities. Neste ano as importações chinesas no mercado brasileiro cresceram 79,8%, a principal pauta importadora era soja em grão, farelo e óleo, minério de ferro, celulose, laminados de ferro e aço entre outros (OLIVEIRA, 2012).

Em comparação com outros países, o Brasil não foi seu principal parceiro comercial. O Japão e os Estados Unidos foram por diversos anos, os principais parceiros comerciais da China. Sendo observado abaixo:

TABELA XII: Principais parceiros comerciais do Brasil (2001-2002)

¹⁴ Será tratado no subtópico 2.4

Ranking	Principais Países	Exportação		Participação		Variação	
		2002	2001	2002	2001	Absoluta	%
1	Estados Unidos	15.354	14.190	25,4	24,4	1164	8,2
2	Países Baixos (Holanda)	3.182	2.863	5,3	4,9	319	11,1
3	Alemanha	2.537	2.502	4,2	4,3	35	1,4
4	China	2.520	1.902	4,2	3,3	618	32,5
5	México	2.342	1.868	3,9	3,2	474	25,4
6	Argentina	2.342	5.002	3,9	8,6	-2660	-53,2
7	Japão	2.098	1.986	3,5	3,4	112	5,6
8	Bélgica-Luxemburgo	1.892	1.812	3,1	3,1	80	4,4
9	Itália	1.816	1.809	3,0	3,1	7	0,4
10	Reino Unido	1.769	1.705	2,9	2,9	64	3,8
11	França	1.525	1.648	2,5	2,8	-123	-7,5
12	Chile	1.461	1.352	2,4	2,3	109	8,1
13	Rússia	1.252	1.103	2,1	1,9	149	13,5
14	Espanha	1.120	1.042	1,9	1,8	78	7,5
15	Coreia do Sul	852	736	1,4	1,3	116	15,8
16	Venezuela	797	1.092	1,3	1,9	-295	-27,0
17	Canadá	782	555	1,3	1,0	227	40,9
18	Índia	654	285	1,1	0,5	369	129,5
19	Emirados Árabes Unidos	653	440	1,1	0,8	213	48,4
20	Colômbia	637	606	1,1	1,0	31	5,1
Total		60.362	58.223	100,0	100,0	2.139	3,7

Fonte: SISCOMEX

Fonte: SISCOMEX

TABELA XIII: Principais parceiros comerciais da China (2002)

PAÍSES	CORRENTE DE COMÉRCIO			
	(US\$ MILHÕES)	EXPORTAÇÕES (US\$ MILHÕES)	IMPORTAÇÕES (US\$ MILHÕES)	SALDO (US\$ MILHÕES)
Japão	133,56	59,41	74,15	-14,74
Estados Unidos	126,33	92,47	33,87	58,60
Hong Kong	87,39	76,27	11,12	65,16
Coreia do Sul	63,22	20,09	43,13	-23,03
Taiwan	58,36	9,00	49,36	-40,36
Alemanha	41,73	17,44	24,29	-6,85
Malásia	20,13	6,14	13,99	-7,85
Singapura	19,35	8,86	10,48	-1,62
Rússia	15,76	6,03	9,73	-3,70
Holanda	15,43	13,50	1,93	11,57
Reino Unido	14,39	10,82	3,57	7,25
Austrália	13,56	6,26	7,30	-1,04

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China

Mesmo não sendo o principal exportador para o mercado chinês, o governo Lula (2003-2011) engajou de forma mais enfática na relação comercial com a China. Grandes propostas foram criadas e implantadas neste período. A criação da Agenda China (2008) foi

um grande fator de desenvolvimento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)¹⁵ brasileira. A criação da Agenda teve como principal objetivo permitir aprofundar as transações econômicas comerciais com o país Asiático e primordialmente tentar ajustar os desequilíbrios da pauta exportadora brasileira, tendo o foco em aumentar a participação de produtos industrializados para a Pequim¹⁶.

Outro projeto do Governo Lula foi a criação do Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014. O principal objetivo estava em promover o desenvolvimento da Parceria Estratégica Brasil-China e definir os objetivos, metas concretas e orientações para cooperação bilateral entre 2010-2014. O plano de fato aprofundou as relações bilaterais em todas as áreas, sendo aprimoradas as relações políticas, implementando todas as áreas econômicas-comerciais e dando ênfase no setor agrícola brasileiro e na área de energia e mineração. A COSBAN foi o principal órgão inspetor de todo o Plano de Ação Conjunta, tendo reuniões anuais¹⁷.

De fato, as implementações colocadas no governo Lula com a China demonstraram a partir de 2014 o crescimento da balança comercial entre os países, porém, não se alterou a pauta exportadora e importadora brasileira para a China, continuando, como exposto na tabela XVI e XVII, as exportações de commodities e importações de produtos chineses de alto valor agregado. As exportações brasileiras para a China alcançaram a margem de US\$ 16,4 bilhões e a corrente comercial supriu o valor estimado de US\$ 30 bilhões para US\$36,5 bilhões, em 2010. O que tornaria a China, a partir 2009, o principal parceiro comercial do Brasil, dando margem para o crescimento gigantesco do comércio bilateral em 2014, em anexo XIV.

TABELA XIV: Principais parceiros comerciais do Brasil (2014 e 2015)

¹⁵ Será melhor abordado no subtópico 2.3

¹⁶ Agenda Brasil-China 2008.

¹⁷ PLANO DE AÇÃO BILATERAL BRASIL-CHINA, 2010-2014.

Descrição	2014 (Jan-Mar)	Part.% no total	2015 (Jan-Mar)	Part.% no total	Var. % 2014-2015
Total Geral	49,59	100,0%	42,78	100,0%	-13,7%
Países selecionados	28,21	56,9%	23,31	54,5%	-17,4%
China	9,58	19,3%	6,19	14,5%	-35,4%
Estados Unidos	5,82	11,7%	5,82	13,6%	0,1%
Argentina	3,55	7,2%	3,07	7,2%	-13,6%
Países Baixos	2,92	5,9%	2,25	5,3%	-22,9%
Alemanha	1,23	2,5%	1,34	3,1%	8,6%
Japão	1,52	3,1%	1,20	2,8%	-20,7%
Chile	1,00	2,0%	0,91	2,1%	-9,3%
Itália	0,93	1,9%	0,87	2,0%	-6,4%
Reino Unido	0,92	1,9%	0,85	2,0%	-7,8%
México	0,74	1,5%	0,80	1,9%	8,6%

Fonte: MRE/ MDIC

TABELA XV: Principais parceiros comerciais da China 2011

	Países	2011			
		Corrente de Comércio (US\$ Bilhões)	Exportações (US\$ Bilhões)	Importações (US\$ Bilhões)	Saldo (US\$ Bilhões)
1º	Estados Unidos	446,65	324,49	122,15	202,34
2º	Japão	342,89	148,30	194,59	-46,29
3º	Hong Kong	283,52	268,03	15,50	252,53
4º	Coreia do Sul	245,63	82,92	162,71	-79,79
5º	Alemanha	169,15	76,43	92,72	-16,28
6º	Taiwan	160,03	35,11	124,92	-89,81
7º	Austrália	116,63	33,91	82,72	-48,81
8º	Malásia	90,03	27,89	62,14	-34,25
9º	Federação Russa	79,25	38,90	40,35	-1,44
10º	Brasil	77,10	44,30	32,80	11,50
11º	Índia	73,92	50,54	23,37	27,17

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China

TABELA XVI: Brasil principais produtos importados da China (2013-2014)

IMPORTAÇÕES PRODUTOS OU FAMÍLIAS DE PRODUTOS	2013		2014		Var. (%) - US\$	Var. (%) Qte (10 mil)	Participação na pauta em 2014 (US\$)
	US\$ (milhões)	Qte (10 mil)	US\$ (milhões)	Qte (10 mil)			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes	10.869	49.612	10.897	49.640	0,3%	0,1%	29,2%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	2.519	10.570	3.029	11.237	20,2%	6,3%	8,1%
Aparelhos e partes para rádio e televisão	1.907	2.100	1.512	1.793	-20,7%	-14,6%	4,1%
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	1.024	93.225	982	100.674	-4,1%	8,0%	2,6%
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	537	195.263	548	225.252	1,9%	15,4%	1,5%
Aquecedores elétricos de água	449	6.479	492	6.235	9,7%	-3,8%	1,3%
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	8.132	876	7.151	869	-12,1%	-0,8%	19,2%
Partes e acessórios para máquinas e equipamentos mecânicos	1.547	6.782	1.317	4.696	-14,9%	-30,8%	3,5%
Máquinas automáticas para processamento de dados	835	6.822	673	5.551	-19,3%	-18,6%	1,8%
Máquinas e aparelhos de ar condicionado	477	53	542	54	13,8%	1,1%	1,5%
Bombas e compressores de ar ou de vácuo	466	4.119	495	3.762	6,2%	-8,7%	1,3%
Máquinas e aparelhos para impressão	550	122	492	96	-10,6%	-21,2%	1,3%
Produtos químicos orgânicos	2.184	-	2.230	-	2,1%	-	6%
Ferro fundido, ferro e aço	978	-	1.388	-	41,9%	-	3,7%

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China

TABELA XVII: Pauta de exportação do Brasil para a China (2013-2014)

EXPORTAÇÕES PRODUTOS OU FAMÍLIAS DE PRODUTOS	2013		2014		Var. (%) - US\$	Var. (%) Ton (mil)	Participação na pauta em 2014 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)			
Soja, mesmo triturada	17.148	32.252	16.615	32.664	-3,1%	1%	40,9%
Minérios de ferro e seus concentrados	15.933	170.709	12.303	179.877	-22,8%	5%	30,3%
Óleos brutos de petróleo	4.035	5.976	3.473	5.576	-13,9%	-7%	8,6%
Celulose	1.347	2.681	1.424	3.061	5,7%	14%	3,5%
Açúcares	1.432	3.496	880	2.282	-38,6%	-35%	2,2%
Couros e peles, não preparados	429	187	554	188	29,1%	1%	1,4%
Carne de aves	441	190	519	228	17,7%	20%	1,3%
Ferro-ligas	497	57	504	42	1,4%	-26%	1,2%
Óleo de soja	517	529	340	396	-34,3%	-25%	0,8%
Tabaco não manufaturado	454	56	334	44	-26,5%	-22%	0,8%
Algodão, não cardado nem penteado	189	96,6	333	180,6	75,8%	87%	0,8%
Pasta química de madeira, para dissolução	230	273	282	310	22,8%	14%	0,7%

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China

No governo Dilma Rousseff (2011-2016), houve a continuação e as afirmações das políticas comerciais com a China, implantadas no governo anterior. Logo, em 2011, aconteceu a visita oficial à China, tendo o principal intuito em abrir novas oportunidades de negócios para as empresas brasileiras, ampliar e diversificar o comércio bilateral, incentivar a realização dos investimentos entre as partes de forma recíproca, promover e propiciar o maior engajamento na cooperação técnica internacional como foco na transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Devido ao engajamento dos países em linha de desenvolvimento em cooperarem e fortalecer o grupo “político” BRICS, aconteceu em 2015, em Brasília, uma reunião com todos os líderes do grupo. Este evento foi aproveitado pelo governo brasileiro para tratar, de forma bilateral, a abrangência do prazo do Plano de Ação Conjunta 2010-2014, para 2015-2021. Neste encontro, foram tratados diversos assuntos abrangentes à economia brasileira e chinesa, firmando o novo Plano de Ação Conjunta, tendo como foco complementar o Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 entre os Estados. Neste novo Plano, novas demandas foram acordadas, entre elas a intromissão de investimentos chineses no valor de US\$ 53 bilhões, a Construção da ferrovia transcontinental que ligará o Brasil ao Peru com o intuito de fornecer maior escoamento dos produtos brasileiros para a China, a adesão do Brasil ao Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BAII) e a construção de um sistema multilateral

de comércio, com base no princípio de transparência, não discriminação, abertura e inclusão¹⁸.

Assim, os incrementos adicionados no governo Dilma deram maiores margens de investimentos chineses, conseqüentemente ao aumento do intercâmbio comercial bilateral (anexo XIX). Contudo, as pautas exportadoras e importadoras não conseguiram ser dinamizadas, segundo dados do Conselho Empresarial Brasil-China, em anexo XVIII e XIX.

TABELA XVIII: Pauta de exportação do Brasil para a China (2015-2016)

Exportações	2015		2016		Var. (%) US\$	Var. (%) Ton (mil)	Participação na pauta em 2016 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)			
Minérios de ferro e seus concentrados	965	21.809	685	29.691	-29%	36%	21,3%
Soja, mesmo triturada	193	493	672	1.904	248%	286%	20,9%
Óleos brutos de petróleo	629	2.048	460	2.477	-27%	21%	14,3%
Pastas químicas de madeira, exceto para dissolução	255	577	318	680	25%	18%	9,9%
Cobre afinado e ligas de cobre, em formas brutas	71	12	109	24	54%	98%	3,4%
Açúcares no estado sólido	105	317	103	376	-2%	18%	3,2%
Fornos elétricos industriais ou de laboratório	-	-	94	0,7	-	-	2,9%
Carne de aves	81	39	91	53	12%	33%	2,8%
Carne bovina, congeladas	-	-	88	20	-	-	2,7%
Couros e peles curtidos/em crosta, não preparados	79	25	72	31	-9%	26%	2,2%
Ferro-ligas	102	10	54	11	-48%	14%	1,7%
Veículos aéreos (e.g. helicópteros, aviões)	-	-	46	0,037	-	-	1,4%
Outros	397	612	421	1.156	6%	89%	13,1%

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China

TABELA XIX: Brasil principais produtos importados da China (2015-2016)

Importações	2015		2016		Var. (%) US\$	Var. (%) Qte (10 mil)	Participação na pauta em 2016 (US\$)
	US\$ (milhões)	Qte (10 mil)	US\$ (milhões)	Qte (10 mil)			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes	1.833	854.722	917	407.955	-50%	-52%	23%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	511	1.775	293	894	-43%	-50%	7,3%
Aparelhos e partes para rádio e TV	236	331	86	158	-64%	-52%	2,1%
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	146	18.678	67	10.957	-54%	-41%	1,7%
Máquinas e aparelhos, elétricos, com função própria	45	2.241	57	4.394	25%	96%	1,4%
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	86	41.779	41	13.494	-52%	-68%	1,0%
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	1.070	18.112	653	11.164	-39%	-38%	16%
Partes e acessórios para aparelhos mecânicos	181	656	107	316	-41%	-52%	2,7%
Cábreas; guindastes, incluídos os de cabos; pontes rolante	21	0,01	60	0,03	181%	280%	1,5%
Máquinas e aparelhos para impressão	70	10	42	8	-40%	-23%	1,0%
Máquinas automáticas para processamento de dados	80	828	42	406	-48%	-51%	1,0%
Bombas de ar ou de vácuo, compressores e ventiladores	89	787	32	328	-64%	-58%	0,8%
Embarcações e estruturas flutuantes	451	1,1	555	0,3	23%	-69%	14%

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China

¹⁸ Plano de Ação Conjunta Brasil China 2015-2021.

QUADRO XX: Evolução do comércio Brasil-China (2006-2016)

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	8.402	22,9%	6,10%	7.990	-49,2%	8,75%	16.303	33,7%	7,11%	502
2007	10.749	27,9%	6,69%	12.621	58,0%	10,46%	23.370	43,3%	8,31%	-1.872
2008	16.523	53,7%	8,35%	20.044	58,8%	11,59%	36.567	56,5%	10,96%	-3.522
2009	21.004	27,1%	13,73%	15.911	-20,6%	12,46%	36.915	1,0%	13,15%	5.093
2010	30.786	46,6%	15,25%	25.595	60,9%	14,08%	56.381	52,7%	14,69%	5.190
2011	44.315	43,9%	17,31%	32.791	28,1%	14,49%	77.105	36,8%	15,99%	11.524
2012	41.228	-7,0%	17,00%	34.251	-4,5%	15,35%	75.479	-2,1%	16,21%	6.976
2013	46.026	11,6%	19,02%	37.304	8,9%	15,56%	83.330	10,4%	17,30%	8.722
2014	40.616	-11,8%	18,04%	37.345	0,1%	16,30%	77.961	-6,4%	17,16%	3.271
2015	35.608	-12,3%	18,63%	30.719	-17,7%	17,92%	66.327	-14,9%	18,29%	4.888
2016 (jan-out)	30.710	-2,1%	20,06%	19.261	-29,2%	16,81%	49.971	-14,7%	18,67%	11.449

Fonte: MRE/MDI

Dessa forma, é visível a mudança da estrutura da relação entre os países devido e a necessidade e implementação cada vez maior do mercado Chinês no Brasil. O Brasil necessita muito mais da China do que os chineses precisam do Brasil. A ruptura de transformação da pauta do intercâmbio comercial sino-brasileiro na década de 1990, teve como grande influente o processo de desenvolvimento industrial inserido por ambos os Estados, sendo o que vai ser explorado nos próximos dois subtópicos.

2.3 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INDUSTRIAL BRASILEIRO

É perceptível entre 1930-1980, a adequação da indústria brasileira ao modelo de substituição de importações, o que mediante a ele visou-se reforçar a industrialização nacional, com o intuito de criar bases próprias para a produção nacional. Sendo que forneceu bases para posteriormente serem implantados no Brasil grandes projetos de infraestrutura entre os anos 1960-1970, os quais deram suporte para a criação de indústrias com alta capacidade de exportação. Entretanto, a partir do alto endividamento externo brasileiro, iniciado em 1970, e a grande crise do petróleo, que teve impacto na economia do Brasil, foram motivos para que o Brasil, a partir de 1980, parasse de incentivar o desenvolvimento dos setores industriais nacionais.

Assim, em 1980, a política econômica adotada pelo governo seguiu as instruções do plano ortodoxo o qual passou controlar as despesas públicas e os gastos das empresas estatais; aumentou a arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre Operações Financeiras nas

operações de câmbio para importação e uma contração da violação do crédito, com a única exceção para o setor de agricultura, tendo o crédito expandido neste período. Essas novas medidas ocasionaram na queda do PIB brasileiro, na produção industrial em 10%, uma retração de 26% nos bens de consumo duráveis e de 19% nos bens de capital. As exportações aumentaram 0,5% em relação a 1988, porém, as importações caíram cerca de 1,2% (LACERDA et al., 2014).

Ainda neste período, o governo Reagan, em 1980, decidiu adotar a política do “*supply side economics*”¹⁹, tendo que financiar no mercado internacional em uma situação de baixo crédito, o que os levaram a aumentar as taxas de juros, transformando os Estados Unidos num grande absorvedor da liquidez mundial. Assim, os países em desenvolvimento, encontraram-se cercados, tendo maiores dificuldades de se obter recursos e com as taxas de juros internacionais mais elevadas, o que levou o Brasil a um grande problema com a dívida externa (GREMAUD et al, 2004). Neste contexto, com o choque das taxas de juros do “setembro negro de 1982”²⁰, o Brasil adentrou-se na crise da moratória e encontrou sérias dificuldades para definir um modelo alternativo de industrialização. Foram inseridas medidas mais genéricas ou compartimentalizadas sem que se encontrasse um modelo específico de industrialização ou modernização da mesma (KASZNAR, 2006).

Com o aumento das taxas de juros internacionais, a partir de 1982, a política de ajustamento foi ainda mais profunda. Sob a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), órgão que visava garantir o pagamento da dívida externa, a política adotada foi extremamente reguladora e apresentou resultados de uma profunda recessão no país. Contudo, no tocante ao comércio exterior, houve aumento da balança comercial, o que se observa um aumento passando de um déficit, em 1980, para superávits de US\$ 6,5 bilhões, em 1983, e um recorde de US\$ 13 bilhões, em 1984. A causa do crescimento nas exportações deveu-se em parte à própria recessão, onde pode ser visto uma queda nas importações e estímulo para o aumento das exportações (GREMAUD. et al, 2004). O II Plano Nacional de Desenvolvimento conseguiu criar setores industriais com grande competitividade externa e permitiu amplo processo de substituição de importações. Sendo perceptível o crescimento na indústria de transformação de 6,1%, na indústria extrativa mineral de 27,3, tendo alto teor de refinamento

¹⁹ É a preocupação com a redução de custos para as empresas e com o incentivo ao investimento para recuperarem a competitividade. O objetivo das empresas deve ser a adequação das condições de oferta e não políticas de demanda (GREMAUD et al, 2004).

²⁰ Devido ao aumento das taxas de juros internacionais, promovido pelos EUA, aconteceu a insolvência polonesa, argentina e a moratória mexicana. Estes países foram obrigados a entrar em uma política de geração de superávits externos (GREMAUD et al, 2004).

nas indústrias nacionais (KASZNAR, 2006). Contudo, a indústria de bens de consumo duráveis sofreu uma queda de 7,5%, em 1984. Já a produção de bens não duráveis cresceu 14,8% (LACERDA. et al., 2014). Estes dados do crescimento industrial brasileiro, de fato, podem explicar a causa do aumento do intercâmbio comercial sino-brasileiro, em 1985, e a grande demanda chinesa pelos produtos industrializados do Brasil durante toda a década de 1980.

Sendo assim, devido à grande recessão no período de 1981-1983, tendo altos custos sociais e econômicos, induziu a uma proposta do choque heterodoxo, sendo uma política de cunho anti-inflacionária. O intuito do Governo brasileiro estava em derrubar a inflação que crescia em larga escala. Dessa forma, foram propostos diversos planos econômicos que possuíam programas de combate à inflação (LACERDA. et al., 2014).

Num contexto geral, os anos 80, representou uma quebra de expansão econômica, vivida na década de 1970. Este período deu margem para uma estrutura produtiva que pouco evoluiu, com o seu crescimento estagnado e pouco investimento tecnológico para o aperfeiçoamento da malha industrial brasileira. É visível que uma das consequências desse pouco investimento para o avanço industrial por parte brasileira na década de 80, causou a mudança da pauta exportadora brasileira para China, que antes muito constituída por produtos industrializados, passa na década de 1990, para a exportação de produtos primários.

Dessa forma, ao longo, dos anos 1990, a indústria ainda cresceu de forma moderada, entretanto, já demonstrava novas perspectivas para o crescimento e uma ríspida mudança na pauta de produção.

O Governo brasileiro passou a tentar atrair fluxos de investidores para aplicação no país, com o intuito de diminuir a vulnerabilidade brasileira diante do mercado internacional. Devido ao processo de abertura financeira, iniciado no governo Collor e realizado durante a segunda gestão do governo Fernando Henrique, houve um grande volume de entrada de capital estrangeiro no país. Porém, o processo de abertura financeira, não conseguiu gerar as condições para diminuir a vulnerabilidade externa da economia brasileira. A inflação foi outra prerrogativa cuidada durante a implementação do Plano Real, em que de certo modo, conseguiu reduzir a inflação. No âmbito produtivo, houve uma mudança quanto ao modelo de crescimento. O novo modelo baseava-se na concorrência como estímulo à incorporação de novas tecnologias e ao aumento da produtividade. Desse modo, foram introduzidas diversas novas políticas governamentais para conseguir inserir a abertura comercial. Com isso, foram

eliminadas as barreiras não tarifárias e houve a redução de tarifas comerciais, que acarretou uma maior participação das empresas estrangeiras no mercado brasileiro.

Portanto, a indústria e a economia brasileira conseguiram crescer moderadamente, nos anos 90. O grande aumento estava no setor de commodities. A indústria de algodão cresceu em grande escala, muito devido ao fechamento das fábricas de tecidos que não conseguiam competir com o mercado potencial chinês. A indústria de celulose, papel e produtos de papel conseguiram alcançar patamares elevados, tendo em vista uma comparação aos anos 1980. A produção de máquinas agrícolas cresceu à média anual de 6,52%, o que levou a dobrar a quantidade de produção em 11 anos. O setor agrícola conseguiu equipar-se e reforçou-se em tecnologia, para então conseguir agir de maneira competitiva no âmbito internacional, sendo, desde 1990, o setor que mais apresenta índices de crescimento elevado dos demais e participava de cerca de 18% de todo o PIB nacional, na década de 1990. Já o setor de bens de capital, sendo um setor de grande importância já que ele é o gerador de investimentos, foi o pior em termos de crescimento, crescendo à taxas de 0,66% ao ano. (KASZNAR, 2006).

Nos anos 2000, a industrialização brasileira passa a ser conduzida a partir de uma política mais conservadora. Devido ao controle inflacionário tendo como medida a manutenção de juros elevados, bem como com o câmbio valorizado, o governo Lula visualizou o comércio externo como favorável para o crescimento econômico (CURI, 2015).

Neste sentido, é visto novamente o fortalecimento do comércio entre Brasil e China. O Brasil vislumbrando o cenário do comércio exterior como potencial para o seu crescimento, enxergou a China como um parceiro comercial influente, o que amadureceu a nova pauta de exportações que se inseria na relação entre os países, as commodities.

Entretanto, é percebida certa negligência brasileira na condução de uma política macroeconômica conservadora, principalmente não dando ênfase a existência de um cenário externo favorável à expansão econômica brasileira. A política industrial que o Governo tentava introduzir não tinha sentido devido à forte limitação em mover os instrumentos do câmbio, dos juros e do gasto público, com o intuito de continuar contendo a inflação, o que não deixaria margens para o desenvolvimento da política industrial (CANO; SILVA, 2010).

O governo Lula, conseguiu retomar a pauta de políticas para o desenvolvimento industrial. Iniciou, no seu primeiro mandato, diante de uma ampla contribuição de especialistas em política industrial, tecnológica e de comércio exterior, uma nova formulação

industrial, criando o programa da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Este novo plano, o qual estava disposto a desenvolver a indústria nacional de um conjunto de políticas, tinha as seguintes medidas:

De acordo com os documentos oficiais, a PITCE (consubstanciada em um conjunto de 57 medidas distribuídas em 11 programas de política) propunha-se articular três planos distintos: 1) Linhas de ação horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa; modernização industrial; ambiente institucional/aumento da capacidade produtiva); 2) Opções estratégicas (semicondutores, software, bens de capital e fármacos); 3) Atividades portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia, biomassa/energias renováveis). Eram dois os macroprogramas mobilizadores: I) Indústria forte (visando fortalecer e expandir a base industrial brasileira); II) Inova Brasil (visando aumentar a capacidade inovadora das empresas) (CANO; SILVA, 2010, p.7).

O intuito do PITCE estava em fornecer bases para uma maior inserção brasileira no comércio internacional, aumentando a eficiência da estrutura produtiva, o aumento da capacidade de inovação das empresas e estimularia os setores onde o Brasil teria maior capacidade de desenvolver vantagens competitivas. Foi observado num primeiro momento o resultado em um conjunto abrangente de iniciativas, principalmente na diminuição de taxas para exportações sobre as empresas brasileiras, articulando diversos novos instrumentos apoiadas pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Contudo, como exposto por Cano e Silva (2010) o erro do novo programa inserido no governo Lula, estava nas estratégias de desenvolvimento industrial que não se fazem apenas com políticas industriais explícitas, políticas macroeconômicas devem ser inseridas no mesmo nível das novas políticas industriais (CANO; SILVA, 2010).

Em 2008, já no segundo mandato do Governo Lula, foi lançado a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), tendo o objetivo à sustentação de um longo ciclo de desenvolvimento produtivo apoiado no investimento, inovação, na competitividade das empresas e na ampliação das exportações. O novo escopo das políticas para o desenvolvimento da indústria contemplaria vinte quatro setores da economia brasileira, definindo focos específicos de ação²¹. A meta era conseguir que o Brasil alcançasse, em 2010,

²¹ Os setores foram considerados em três grupos de programas, segundo seus diferentes tipos de desafio. No primeiro, estão os “programas para consolidar e expandir a liderança” de setores onde o Brasil já é forte, em um total de 7 programas: aeronáutico; petróleo, gás e petroquímica; bioetanol; mineração; celulose e papel; siderurgia; e carnes. No segundo, estão os “programas para fortalecer a competitividade, como”, com 11 áreas complexo automotivo; bens de capital; indústria naval e cabotagem; têxtil e confecções; couro, calçados e artefatos; madeira e móveis; agroindústrias; construção civil; complexo de serviços; higiene, perfumaria e cosméticos; plásticos; biodiesel, trigo, eletrônica de consumo e brinquedos. No terceiro grupo, estão os “programas mobilizadores em áreas estratégicas”, abrangendo 6 programas: complexo industrial da saúde; tecnologias de informação e comunicação; energia nuclear; nanotecnologia; biotecnologia; e complexo industrial

uma participação de 1,25% do total de exportações mundiais. Entretanto, as metas brasileiras não foram alcançadas devido à crise de 2008, e após um grande balanço feito pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), foram formuladas as novas políticas macrometas da PDP, definidas para serem iniciadas em 2014 (CANO; SILVA, 2010).

É visível, quando analisado os dados de crescimento industrial brasileiro, nos anos 2000, o acentuado crescimento no setor de produtos básicos. Os setores de produtos primários e de manufaturados intensivos em recursos apresentaram sustentada trajetória de crescimento dos seus saldos comerciais superavitários entre 2006 a 2009. A participação das exportações de manufaturados na pauta exportadora brasileira situou-se em torno de 44% do montante total. A pauta importadora, ao contrário, demonstrou déficit com produtos eletrônicos que atingiu US\$ 35 bilhões, em 2008. Em 2011, a indústria de transformação apresentou a maior deterioração do saldo comercial, onde foi gerada pelos setores de média-alta tecnologia²² e pelo setor de baixa tecnologia²³. As importações cresceram num ritmo acima da média no setor de média-alta tecnologia, com alta de 25% (RODRIGUES; FLIHO, 2015).

No governo Dilma, foi lançado, em 2011, o Plano Brasil Maior (PBM), o que não passava de uma continuidade dos PDP e PITCE, implantados no governo Lula. O objetivo do PBM está no foco ao estímulo à inovação e à produção nacional para inserir o país na competitividade da indústria de manufaturas nos mercados interno e externo. Com o Slogan “Inovar para competir” ele reúne um conjunto de medidas de apoio ao setor produtivo brasileiro. Utilizando-se, de várias das medidas colocadas pelo PDP que não conseguiram ir adiante devido à crise no cenário externo de 2008, o novo programa criou metas para o período de 2011-2014, sendo elas: 1 Ampliar o investimento fixo em % do PIB; 2) Elevar dispêndio empresarial em P&D em % do PIB (meta compartilhada com Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação – ENCTI); 3) Aumentar a qualificação de RH: % dos trabalhadores da indústria com pelo menos nível médio; 4) Ampliar valor agregado nacional: aumentar Valor da Transformação Industrial/Valor Bruto da Produção (VTI/VBP); 5) Elevar % da indústria intensiva em conhecimento: VTI da indústria de alta e média-alta tecnologia/VTI total da indústria; 6) Fortalecer as MPMEs: aumentar em 50% o número de MPMEs inovadoras; 7) Produzir de forma mais limpa: diminuir o consumo de energia por

de defesa. Há ainda o grupo chamado “destaques estratégicos”, contendo 6 programas: Promoção das exportações; Regionalização; Micro e pequenas empresas; Produção sustentável; Integração com a África; Integração produtiva da América Latina e Caribe (CANO; SILVA, 2010, p 13).

²² Sendo os automóveis, produtos químicos, bens de capital mecânico e elétrico.

unidade de PIB industrial (consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo por unidade de PIB industrial); 8) Diversificar as exportações brasileiras, ampliando a participação do país no comércio internacional; 9) Elevar participação nacional nos mercados de tecnologias, bens e serviços para energias: aumentar Valor da Transformação Industrial/Valor Bruto da Produção (VTI/VBP) dos setores ligados à energia; 10) Ampliar acesso a bens e serviços para qualidade de vida: ampliar o número de domicílios urbanos com acesso à banda larga (ABDI, 2011, p.4).

No entanto, as metas colocadas pelo PBM, não foram cumpridas. Muito devido a crise política e a crise econômica que se instaura no Brasil, ocorreu uma queda vertiginosa, em todos os setores industriais brasileiro. Segundo dados do IBGE, em 2015, o setor de bens de capital duráveis apresentou uma queda de 31,9%, o setor de bens de consumo duráveis caiu 27,70% e o setor de bens intermediários apresentou uma queda de 11,4% (IBGE,2015).

Dessa forma, a indústria brasileira passou por contínuas e profundas transformações ao longo das décadas. É perceptível entre 1930-1980, a adequação da indústria brasileira ao modelo de substituição de importações, o que mediante a ele visou-se reforçar a industrialização nacional, com o intuito de criar bases próprias para a produção nacional. O que é formalmente observado o resultado nas amplas exportações brasileiras de produtos manufaturados, nos anos 80. Porém, os anos 80 e 90, representaram anos conturbados para o Brasil, em perspectiva de crise econômica e política. O que conseqüentemente não foi investido pelo Governo em medidas sólidas para o desenvolvimento da indústria nacional. Posteriormente, nos 2000, observa-se a retomada da pauta de assuntos do governo para o desenvolvimento industrial. É perceptível o olhar brasileiro para o comércio internacional, contudo, nenhuns dos Planos desenvolvimentistas industriais conseguiram abarcar a totalidade do grande e diversificado mercado brasileiro que não consegue alavancar.

2.4 O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL CHINÊS

A República Popular da China passou nos últimos trinta e dois anos, por transformações impressionantes na sua estrutura urbana e econômica. O Estado chinês implantou diversas reformas de bases industriais para conseguir alcançar o êxito no comércio internacional, nos anos 2000. Na década de 1970, a China correspondia a um mercado interno estruturado no setor de agricultura, 32%, na indústria, 44%, e os serviços, 23%. Em 2013, pode-se observar o êxito dos amplos e adequados processos de inserção internacional e

de reformas econômicas, no qual estes percentuais passaram a representar, respectivamente, de 10%, 44% e 46% (VEIGA; RIOS, 2016).

Com a tomada do poder pelo Partido Comunista Chinês, em 1949, a China inspirou-se no desenvolvimento econômico soviético, que eram convictos no crescimento dos setores da indústria pesada. No entanto, não foi observado pelo Partido Comunista chinês o crescimento nos demais setores, o que ocasionou efeitos devastadores em sua economia, no final da década de 1970.

Sendo assim, o país iniciou suas reformas estratégicas, em 1978, durando até 1993, promovidas pelo líder Deng Xiao Ping²⁴ (1982-1987). A primeira política adotada foi abrir seu comércio para a entrada de capital estrangeiro e criar nichos especiais para dar fomento a urbanização interna (BRANDT et al, 2016). Ao mesmo tempo, o Governo chinês buscou combinar a abundância de mão de obra barata com a capitalização de crédito do exterior, tendo todos os investimentos voltados para as exportações. O intuito de Xiao Ping, estava em começar o crescimento chinês se beneficiando da transferência do setor agrícola, com baixa produtividade, os transferindo para a indústria. O que foi fortemente realizado sobre a população durante 20 anos. Com isso, a contribuição do consumo das famílias foi limitada reduzindo-se ao longo do período de forte crescimento (VEIGA; RIOS, 2016).

Posteriormente, na década de 1980, a Governo chinês criou uma estrutura de base de sua indústria, fazendo uma análise geral de todos os componentes industriais até então exportados. Constatou-se uma quebra no setor de manufaturas nas áreas urbanas, o que foi rapidamente dada a devida atenção, criando grandes centros urbanos industriais com capacidade para suportar a grande população que passava a emigrar dos campos agrícolas para as cidades (UNGOR, 2011).

No âmbito de produção a China introduziu series de reformas econômicas internas para conseguir lidar com o rápido crescimento, criando estruturas de apoio para a industrialização. Setores industriais foram os principais pontos estratégicos escolhidos pelo governo chinês, principalmente a indústria de manufaturas (UNGOR, 2011).

Foram introduzidas várias políticas para o desenvolvimento econômico a partir de um planejamento industrial estratégico, específico, formulado e orientado pelo Estado (MASIERO; COELHO, 2014). A partir disso, o Governo chinês, criou o Conselho de Estado chinês que levantou um diagnóstico de sua indústria para constatar quais os setores que ainda

²⁴ Chefe do Comitê Central do Partido Comunista (1982-1987).

precisavam de insumos basilares. Sendo constados diversos problemas que impossibilitavam a capacidade de produção do Estado, tais como,

i) excesso de capacidade de produção fortemente desproporcional ao baixo desenvolvimento dos setores agrícola, energético, de transporte e extrativo mineral; ii) desproporção entre o elevado desenvolvimento da indústria de nível médio vis-à-vis ao baixo da indústria avançada; iii) distribuição regional irracional das indústrias e subutilização das vantagens comparativas regionais; iv) baixo empenho e capacidade de coordenação e organização entre as empresas; v) concentração industrial excessivamente baixa, tornando a indústria extremamente ineficiente (MASIERO; COELHO, 2014, p 145)

Com isso, em seu Oitavo e Nono planos Quinquenais, o Conselho chinês aprovou uma nova formulação para a política industrial. Criou um grupo de frente no governo para formular as novas políticas industriais de maneira seletiva e orientada, para os meios capazes de culminar na consolidação de setores estratégicos industriais, principalmente em áreas de tecnologia e de capital intensivo. Sendo que todas as bases dessa nova política foram sedimentadas a partir do âmbito institucional no seu Plano Decenal (BARSHEFSKY, BROEK, ROSS, 2016).

A política industrial chinesa foi conduzida através de dois estágios que tinham a função de criar as condições basilares por meio de incentivos e subsídios que seriam incrementados através do Plano Decenal. Neste sentido, os chineses passaram a investir em seus setores indústrias tecnologicamente por meio da importação de bens de capital e recepção de investimento direto. Ao mesmo tempo, nesse período, foram criados diversos programas de desenvolvimento tecnológico, como: Programa de Tecnologias-Chave, de 1982, em que o governo disponibilizava tecnologias-chave para algumas empresas desenvolvê-las e comercializá-las; o Programa 863, de 1986, que criou vários laboratórios de tecnologia avançada; o Programa Torch, de 1987, de ênfase na educação em ciência e tecnologia; o Programa Nacional de Novos Produtos, de 1988, responsável por ajudar as empresas a adquirir ou desenvolver novos produtos; e, por fim, o Programa Nacional de Centros de Pesquisa em Engenharia e Tecnologia, que criou vários centros de pesquisa importantes, desde 1992 (MASIERO; COELHO, p 146-147, 2014). Sendo assim, observa-se que a importância demonstrada para os setores de metal mecânico, eletroeletrônico e químico, os quais demonstram serem os principais insumos que oportunizaram o crescimento total do país.

Segundo Masiero e Coelho (2014), observa-se que após a implementação do plano estratégico chinês de desenvolvimento industrial, a liberalização receptiva de investimentos

estrangeiro e os vários programas de desenvolvimento tecnológico, entre 1990 a 2009, a China atingiu uma média de 46% de participação da indústria em seu PIB, tendo em vista que a média mundial, neste mesmo espaço de tempo, representou 29%. Ao mesmo tempo o país demonstra em termos de valor agregado industrial, crescimento sucessivo acima da média mundial. Os autores relatam que nas duas últimas décadas, a indústria manufatureira chinesa aumentou em média 9,5% ao ano na sua participação do PIB do país e analisam que conseqüentemente a agricultura historicamente reduziu a sua participação, sendo que a indústria de serviços passou a alavancar na economia chinesa de forma avassaladora.

O crescimento chinês não parou mesmo com a crise asiática que assolou o país no final da década de 1990. Muito pelo contrário, a China decidiu investir ainda mais em suas vendas para o exterior. Assim, para competir com os produtos dos vizinhos asiáticos, os quais decidiram depreciar suas moedas tendo em vista o mercado externo, o Governo chinês aperfeiçoou todo o sistema de exportação, os quais abrejeram desde os investimentos para a produção mais intensiva até as vendas no mercado externo. Desse modo, foi decidido acelerar todo o plano quinquenal que previa a construção de cerca de mil portos em todo o litoral chinês, além de implementar a modernização de todos os antigos. Os chineses passaram a operar intensivamente no mercado externo (OLIVEIRA, 2012).

Nos anos 2000, a China passou a promover dois novos planos para sua política industrial, tendo em vista dois ciclos. O Plano Décimo (2001-2005), que instituiu diversas novas ações, entre elas: i) ajustes na estrutura de produção, estimulando a ampliação e uso de novas tecnologias e fornecendo suporte a grandes corporações de maneira a acelerar suas reestruturações; ii) reorganização interna dos setores, formando grupos empresariais de grande escala de produção, bem como fomentando a formação de empresas de médio e pequeno portes, as quais fabriquem produtos específicos; iii) estímulo à modernização dos sistemas de gestão permitindo a participação privada em empresas estatais; e, iv) reorientação internacional, ingressando na Organização Mundial do Comércio e incentivando a internacionalização de suas empresas (MASIERO; COELHO, p 147, 2014). O Plano Décimo Primeiro (2006-2010), seguiu a mesma premissa do anterior, contudo, com o foco maior em incrementar a competitividade, estipular metas de desempenho para garantir rápido desenvolvimento e aproveitar do período de abertura comercial proporcionado ainda mais após a entrada na Organização Mundial do Comércio (OLIVEIRA, 2012).

Portanto, com intromissão dos novos Planos, foi constatado um amplo crescimento chinês. Ao fim dos anos 2000, a China possuía cerca de 162.885 empresas industriais, número

que subiu para 434.364, em 2009. Tendo 33% de industriais estatais em 2000, o que caiu para 5%, em 2009. A industrial de metal mecânica obteve metas específicas de crescimento, a partir de novos centros tecnológicos para a inovação de empresas selecionadas estrategicamente. O principal intuito do Governo era que estas empresas passassem a competir de forma beligerante no setor externo e, principalmente, produzir independentemente (MASIERO; COELHO, 2014).

No setor das indústrias químicas foram implementadas fontes de produção específicas tendo três segmentos químicos contemplados para introdução de recursos através do Estado, já que este representa o principal setor por conter características capazes de alavancar e diversificar a indústria como um todo. Em 2009, muito devido as novas políticas industriais, a indústria química atingiu o segundo lugar no ranking mundial no teor de produção e faturamento. No setor eletroeletrônico o principal objetivo chinês estava em criar auxílios estatais de forma que o setor diminuísse a dependência dos bens importados. Para isso o Estado conduziu na criação de meio de atração, com via de investimentos externos o que forneceu a migração de mão de obra externa capacitada e ainda investiu fortemente na criação de novos parques industriais, os quais foram feitos juntamente com diversos mecanismos de incentivos estatais. O que pode ser fortemente visto o crescimento desse setor a partir dos anos 2000, com alta produção de motores, geradores, televisores e microcomputadores (MASIERO E COELHO, 2014).

Após o intensivo impulso industrial feito pela China, o país teve um crescimento média de 10%, ao longo dos anos 2001 a 2009. Em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês, contava com US\$ 6,2 trilhões. Houve a participação de cerca de sete milhões de empresas privadas na china. O possibilitou ainda mais o crescimento do PIB. No ano de 2010, sua balança comercial de exportação e importação, totalizou cerca de US\$ 3,3 trilhões, sendo acrescentado o comércio exterior das regiões administrativas de Hong Kong e Macau (OLIVEIRA, 2012).

Dessa forma, o amplo crescimento chinês, observado a partir dos anos 2000, dar-se através de um amplo e inteligente processo de desenvolvimento industrial nacional. Sendo que a participação estatal como fonte de fornecimento de capacidade para os setores estratégicos industriais foi de suma importância para todo o desenvolvimento industrial da China fornecendo as bases para alavancar toda a economia a nível de países do centro, o que ao mesmo tempo não pode ser observado com a otimização das indústrias brasileiras, tendo

esta como dependente das exportações para a China, sendo o que será debatido o próximo capítulo.

3. O COMÉRCIO COMO EXPOENTE PARA A VERTICALIZAÇÃO

Como colocado pela Teoria do Sistema Mundo, a estrutura internacional desigual de Estados é a que mantém toda a divisão internacional do trabalho, o que os torna responsáveis pelo acúmulo de riquezas dos Estados capitalistas já desenvolvidos, ocasionando, conseqüentemente, no subdesenvolvimento dos demais. Foi justamente nesse sentido que a relação brasileira com a China começou a se fortalecer, com o intuito de criar uma agenda comum entre os países da semiperiferia e periferia. Contudo, após o crescimento acelerado chinês, tendo características econômicas do seletivo grupo de países do centro, as relações com o Brasil não caminhou no sentido horizontal até então proposto, tendo o âmbito comercial prevalecido e influenciando na criação de uma agenda baseada em interesses econômicos.

Sendo assim, neste capítulo será demonstrada a inserção chinesa no seletivo grupo de países do centro, sendo visível que através do grande fluxo comercial, a China passou a conter grandes características de passagem da semiperiferia para o centro, o que denota a afirmação trazida pela teoria do sistema mundo moderno da capacidade de alguns Estados semiperiféricos conseguirem transitar para o centro. Para isso será analisada, através da Teoria do sistema mundo, as relações comerciais da China com o Brasil.

Também, será exposto dois casos comerciais entre os agentes, a fim de demonstrar a amplitude da verticalização da relação entre ambos. Assim, o primeiro caso colocado será o da criação da *Joint Venture* aérea sino-brasileira que terá intuito de exemplificar a influência que o comércio passou a ter sobre as relações entre o Brasil e a China. O segundo caso coloca está o reconhecimento brasileiro da China como economia de mercado sendo um exemplo que expõe a pressão econômica que a China fez sobre o Brasil, conseguindo, num primeiro momento, alcançar seus interesses desejados.

Ao final do capítulo, será apresentado analisado o desenvolvimento industrial brasileiro e chinês a partir de uma interpretação da divisão internacional do trabalho, tendo como foco o Estado nacional como provedor do desenvolvimento industrial. A finalidade deste subtópico é validar a hipótese da modificação da relação sino-brasileira através do grande salto industrial chinês, conseguindo modificar a relação até então com perspectiva Sul-Sul para o âmbito Norte-Sul.

3.1 A INSERÇÃO CHINESA NO EIXO DE PAÍSES CENTRAIS

A China foi o único país da Ásia que demonstrou interesses em fornecer um amplo mercado para uma possível relação comercial com perspectivas Sul-Sul com o Brasil. Ao mesmo tempo o latente interesse brasileiro, na década de 1980, costura o objetivo enfático de criar parcerias para uma ação conjunta de interesses comuns da agenda internacional na época (OLIVIEIRA, 2012). Neste sentido, como colocado por Milane e Carvalho (2012), os conceitos da perspectiva Sul-Sul, foram inseridos com maior força e clareza no sistema internacional, assim como foi feito na relação entre Brasil e China, os quais passaram a construir eixos comuns para o desenvolvimento mútuo, como resposta à perspectiva Norte-Sul.

Todavia, com o aumento do intercâmbio comercial, como colocado no capítulo 2, entre os países, focada na exportação brasileira de commodities e na importação de manufaturados chineses, é visto o começo da atenção especial pelos empresários e os detentores de poder político, devido a zona de interesses ou vantagens absolutas comerciais, o que se intensificou a partir dos anos 2000, na relação bilateral (LEITE, 2011).

As exportações brasileiras para a China cresceram cerca de US\$ 1 bilhão, em 2001, para US\$21 bilhões, em 2009. Cerca de 78% dessas exportações para a China estiveram pautadas em produtos primários brasileiros. Sendo que as importações de produtos chineses passaram de US\$1,2 bilhão, em 2000, para US\$15,9 bilhões, em 2009, pautadas em produtos manufaturados (PEREIRA E NEVES, 2011). Portanto, é visível a necessidade brasileira do mercado chinês. Nesta perspectiva a acumulação do capital chinês está totalmente inserida no sistema mundo, e é justamente pela eficácia da divisão internacional do trabalho que a mantém como um novo ente do grupo de Estados centrais.

A disparidade do crescimento chinês consonante ao brasileiro é gritante, o que atinge o intercâmbio comercial com o Brasil. A transformação da pauta exportadora brasileira, explorada no subtópico 2.1, é, dentre outros fatores, consequência da alta capacidade da China em se especializar e conseguir adentrar-se no centro, o que consequentemente frisou a assimetria nas exportações e importações entre os países.

A China apesar de ser um grande peso na economia e no comércio mundial, ainda não se encontra alinhada com os interesses multilaterais dos países centrais, fazendo com que crie novas alianças com os Estados semiperiféricos, como Brasil. Contudo, a agenda de comércio criada entre os agentes, Brasil e China, não se torna igualitária, devido a falta de

capacidade brasileira em acompanhar o desenvolvimento chinês, o que leva a discursão da intromissão da perspectiva Norte-Sul (PEREIRA, 2006).

O país Asiático, dentro da estrutura da economia mundo, estava, em 2006, em quarto lugar no ranking mundial de maior exportador de manufaturas, dispondo de cerca de 40% da produção mundial de produtos têxteis e vestuário. Os montantes gigantescos que chegavam ao Brasil de produtos têxteis foram demasiados para a continuação da competitividade das empresas nacionais brasileiras, tendo o país sul americano que negociar um acordo de restrição voluntária as exportações desses manufaturados têxteis provenientes da China (PEREIRA, 2006). A assimetria vinda dessa bilateralidade está estabelecida principalmente no âmbito comercial, como colocado por Pereira (2006):

No quadro atual do comércio exterior, a relação entre os dois países é marcada por diversas assimetrias. A importância relativa do comércio bilateral nas respectivas pautas de comércio, a composição das pautas de exportações (Brasil, como fornecedor de produtos básicos e a China, como fornecedor de manufaturas) e a concentração da pauta brasileira de exportações versus a maior diversificação das importações brasileiras oriundas da China são os fatos que ilustram a questão da assimetria (PEREIRA, p 11, 2006).

Todavia, é evidente que os anos 2000, foram marcados pelo intenso crescimento do comércio bilateral entre os países, o que se enquadra diante da perspectiva trazida por Wallerstein (2004), na mudança do quadro entre o Centro e a Semiperiferia, começando uma talvez verticalização no quadro da relação. O que passa a influenciar todas as negociações no âmbito bilateral.

Como colocado pelo IPEA (2011), as exportações do Brasil para a China apresentaram crescimento superior à elevação do comércio do Brasil com o resto do mundo, sendo perceptível o crescimento da corrente comercial. A China, em 2009, torna-se o principal parceiro comercial do Brasil, enquanto que o Brasil em 2015, foi considerado o sétimo principal parceiro comercial da China. A vislumbrada discrepância entre os dois países pode ser melhor analisada a partir das características econômicas dos países na perspectiva das camadas criadas no sistema da economia mundo. Onde já se avalia a capacidade chinesa em explorar países semiperiféricos como o Brasil, pelo intercâmbio comercial.

Dentro das três camadas de Estados, criadas pelos componentes da divisão internacional do trabalho, observa-se que a China pelo âmbito comercial, no parâmetro das relações econômicas com o Brasil, constitui-se e adentra-se como um Estado central. Enquanto que o Brasil ainda se estrutura como um país da semiperiferia. As características

econômicas de cada país que justificam essa relação comercial podem ser assim sintetizadas: a dominação do processo de exploração de mais valia feita pela China sob o país sul-americano, o que ainda pode ser identificado como prática produzida pelo Brasil sob alguns países Africanos, contudo em menor intensidade; a capacidade chinesa em se modernizar tecnologicamente, principalmente em suas bases industriais, enquanto que o Brasil por mais que tenha uma produção de produtos diversificados, seu avanço tecnológico ainda pode ser considerado baixo; as importações feitas pela China sobre as reservas naturais brasileiras que constitui mais de 70% da pauta de exportação brasileira, tendo as exportações para o Brasil constituída predominantemente por produtos eletrônicos. Todavia, é importante notar que ambos os países ainda possuem características semelhantes, sendo essas típicas de uma semiperiferia no sistema mundo: ambos os países não possuem salário altos para a sua população, além disso grande parte de suas populações estão na linha da pobreza; eles ainda estabelecem agressivas barreiras protecionistas; e possuem o grande objetivo de não se adentrarem na periferia, tendo os dois colocando forte pressão sobre os países periféricos.

Dessa forma, o Brasil possui sua principal pauta de exportação constituída apenas por commodities, já a China exporta grande quantidade de produtos industriais de maior valor agregado, como máquinas, brinquedos e celulares. Estes fatores retomam a perspectiva teórica da constituição de um Centro, formado pela China, e por uma Semiperiferia constituída pelo Brasil. A verticalização da relação, com grande perspectiva Norte-Sul, entre os agentes torna-se mais empírica a partir do momento quando a China começa a se adentrar no eixo do seletivo grupo de países centrais. Os casos que serão expostos abaixo, demonstram a capacidade chinesa em utilizar seu poderio econômico para alcançar seus interesses, sendo uma grande característica de Estados centrais.

3.2 O CASO DA JOINT VENTURE HARBIN AIRCRAFT INDUSTRY LTDA

O caso entre as empresas do setor de aviões do Brasil e China exemplifica a dinâmica comercial do sistema econômico capitalista mundial. Como colocado no subtópico 2.1, faz-se pertinente uma discussão sobre a questão da aviação como intuito da tentativa brasileira de mudar a sua pauta exportadora em 2002, mesmo tendo sido breve e frustrada, sendo logo canalizada para a continuidade do nicho de exportação de commodities. O intuito da narrativa sobre a criação da empresa brasileira-chinesa e o desenrolar do comércio de aviões entre os agentes tem como prerrogativa demonstrar a conjuntura de intervenções que a economia pode realizar sobre a relação entre agentes no cenário do comércio internacional.

A empresa brasileira Embraer foi fundada em 1969, em São José dos Campos, no estado de São Paulo. No início a empresa era estatal, o qual tinha estudos ampliados no Centro Técnico e Aeroespacial e do Instituto tecnológico de Aeronáutica. Produzindo seu primeiro avião na década de 1980, a empresa sofrera grandes perdas financeiras devido à combinação de problemas macroeconômicos no Brasil, o que levou a privatização na década de 1990. No início dos anos 2000, decidindo apostar no crescimento da aviação regional chinesa, a Embraer instala um escritório comercial na China. Em seguida conclui a venda de cinco aviões ERJ 145 para a companhia aérea chinesa Sichuan Airlines (LAZARRINI, BOURGEOIS, 2010).

Novos pedidos foram feitos pela empresa chinesa Southern Airlines, porém, a Embraer passa a enfrentar sua rival internacional, a canadense Bombardier que inicia uma grande campanha para tentar impedir a finalização do contrato da empresa brasileira com a China Southern Airlines. Entretanto, foi finalizada a venda de mais vinte aviões ERJ 145, impondo a empresa canadense a procurar novos mercados. Com vendas cada mais expressivas na China, a Embraer começa a perceber que o intuito chinês não estava somente em importar aeronaves prontas, e sim utilizar da disputa entre a Bombardier e a Embraer para forçar uma das duas a fabricarem partes das aeronaves em território chinês. A legislação chinesa previa que os contratos das companhias aéreas, embora fossem autônomas, fossem submetidas à State Development and Planning Commission (SDPC)²⁵, o qual regulava todos os contratos empresariais externos com o intuito do desenvolvimento de setores estratégicos da economia chinesa. Nesse sentido representantes da SDPC passaram a pressionar a empresa brasileira para que desse fomento a uma cooperação industrial com parceiros chineses. O interesse do Governo chinês estava em viabilizar a participação de setores industriais no desenvolvimento conjunto das aeronaves a serem comercializadas pela Embraer. Com a resistência da Embraer em sediar o pedido feito pelos chineses de criar uma empresa no âmbito tecnológico cooperacional, a China suspende todas as negociações com os brasileiros e, também, com os canadenses. Em seguida, decide elevar os impostos de importações e de comercialização no âmbito de aeronaves (BIATO, 2010).

Não tendo escolhas e com o perigo de perder o grande mercado de importações da China, a Embraer sede ao pedido chinês e assina uma carta de intenções com a empresa estatal AVIC II, com o objetivo de compartilhar a tecnologia de manufatura e desenvolver, juntos com os chineses, novas aeronaves. Em 2002, um acordo foi assinado, envolvendo

²⁵ Instituição chinesa que regula todos os contratos internacionais.

investimentos da unidade de montagem de aviões da Harbin, na Manchúria, feita para montar jatos ERJ 145. A criação da joint venture deu-se em seguida, com participações de 51% da Embraer e 49% da empresa chinesa Harbin, criando-se assim a empresa chamada Harbin Embraer Aircraft Industry Co.Ltd (LAZARRINI, BOURGEOIS, 2010). Logo em 2007, devido ao sucesso da cooperação brasileira e chinesa, a Embraer passa a enfrentar grandes novos concorrentes na criação de aviões na China, perdendo grande parte do seu mercado.

Na cooperação para a construção de aviões entre a Embraer e a estatal chinesa AVIC II, é visto o interesse maior da China em conseguir apreender a tecnologia brasileira de montagem, para a construção de seus próprios aviões. A partir do parâmetro colocado Gilpin (2002), é visto que mesmo tendo um sistema pluralista de Estados, como a relação entre a China e o Brasil, como fonte para a criação de uma economia mundial, a interação entre o comércio e os investimentos, através das empresas privadas ou públicas, são requisitos principais para que exista uma estrutura capitalista contemporânea. Ou seja, a criação da *joint venture* faz parte da nova estrutura capitalista que o sistema econômico se insere cada vez mais. Neste quesito pode-se observar a mudança nos interesses dos agentes, Brasil e China, dentro de uma estrutura onde a especialização de produção tecnológica é crescente e regional (WALLERSTEIN, 2004).

Contudo, indo de encontro com outra perspectiva no âmbito de cooperação técnica, as relações entre os agentes não começaram a funcionar desta maneira. Existem dois casos bem-sucedidos de cooperação técnica entre Brasil-China, que denotam e afirmação como que intromissão da economia influenciou a mudança de uma relação com perspectiva Sul-Sul para Norte-Sul. O primeiro caso relata o incremento da participação das Estatais brasileiras com as estatais chinesas, como citado no capítulo dois, na década de 1980, a fim de desenvolver tecnologias avançadas. A joint-venture criada posteriormente, entre a Companhia Vale do Rio Doce e a siderúrgica chinesa Baosteel, em 2001, inovou e criou grandes meios na captação de energia para a população Brasileira e Chinesa que tanto necessitavam na época.

Um outro exemplo de cooperação técnica foi o acordo espacial assinado, o Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de satélites Sino-brasileira (CBERS), na viagem do Presidente José Sarney, em 1988 criado com o intuito de fugir da dependência das imagens obtidas pelos países do centro, como os Estados Unidos, favorecendo o desenvolvimento tecnológico. O acordo foi considerado o maior projeto de alta tecnologia assinado até então entre dois países que se encontravam em linha de desenvolvimento, demonstrando um novo modelo de cooperação “Sul-Sul” (BIATO, 2010 *apud* LIMA, 2016). A parceria espacial foi

considerada um sucesso para ambos os países, tendo o projeto conquistado grandes frutos. Atualmente o Brasil é um dos maiores distribuidores de imagens orbitais do mundo, influenciando até mesmo outros países, como os Estados Unidos, a disponibilizar as imagens de forma gratuita. Além disso, o programa foi capaz de promover a inovação na indústria espacial, tanto no Brasil quanto na China. As imagens obtidas a partir de satélites são cedidas para ambos os Estados, a China e o Brasil ingressaram no seleto grupo de Estados detentores da tecnologia de geração de dados sensoriais remotos. As fases de implementação foram sedimentadas da seguinte forma: primeiramente, foram lançados dois satélites, o CBERS 1 e 2, que alcançaram sucesso pelo foguete chinês de longa marcha, produzindo o perfeito funcionamento dos satélites na órbita. Graças ao sucesso dos dois primeiros satélites, foi decidido entre os dois Governos, o lançamento de mais três satélites, sendo o último lançado em 2014. As imagens coletadas pelos satélites são usadas em diversos campos importantes, principalmente no desmatamento da Amazônia e nas áreas agrícolas brasileiras (CBERS, 2014). Neste outro exemplo fica claro, o enfoque no desenvolvimento em iniciativa de cooperação técnica com características consideradas de perspectiva Sul-Sul, que conseguiu perpetuar até 2014, mesmo tendo a interferência da economia. Entretanto, é importante notar que os interesses comerciais entre as partes ainda continuam sendo o principal desenvolvedor dessa cooperação científica.

Dessa forma, nos exemplos aqui trazidos, percebe-se a mudança das relações a partir do desenvolvedor econômico. A criação da empresa de aviões sino-brasileira remonta o conceito de uma relação caracterizada entre o centro e a semiperiferia, onde o Brasil encontra-se pressionado e sem alternativas para se auto impor diante das exigências do governo Comunista Chinês, fato que foi influenciado principalmente pelo comércio sino-brasileiro. Todavia, os outros dois exemplos exploram a concepção da enfática cooperação para o desenvolvimento mútuo, claro que cada agente com os seus interesses próprios, porém, a criação e o desenvolvimento tecnológico demonstram saldos favoráveis para ambos os Estados.

3.4 O RECONHECIMENTO COMO ECONOMIA DE MERCADO

A visita oficial do Presidente Lula à China, em 2004, teve como principal tema debatido o comércio entre os dois países, o que já se instaurava como o escopo central da relação entre os dois países no século XXI. O reconhecimento brasileiro, em um primeiro momento, da China como economia de mercado, remonta o escopo trazido pela teoria do

Sistema Mundo, como colocado no primeiro Capítulo, por se tratar da influência econômica que passa a caracterizar a relação, dentro das camadas criadas pela divisão internacional do trabalho.

Sendo assim, o Brasil possuía grande interesse na candidatura para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a China como integrante do Conselho seria uma forte influência, caso apoiasse a entrada do Brasil como membro permanente. Enquanto os chineses desejavam que o Brasil os apoiasse no reconhecimento de que o país se transformara em “economia de mercado”²⁶, deixando de ser uma “economia de transição”, tendo principal interesse devido ao tamanho do Brasil, tanto em perspectiva economia quanto territorial, o que poderia influenciar para que outros os Estados também fizessem o mesmo. Contudo, não houve grandes avanços nesses temas. A China de forma genérica apoiou a entrada do Brasil como membro permanente, porém, recusou-se a se pronunciar publicamente. A desculpa da recusa estaria nas relações da China com outros países que também possuíam o mesmo desejo brasileiro. Enquanto que o reconhecimento do Brasil à China como economia de mercado foi concedido, meses depois, na viagem oficial do Presidente Hu Jintao ao Brasil (BIATO, 2010). Estes dois temas causaram grandes controvérsias nas relações sino-brasileiras.

O Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio (MDIC) apoiou-se no papel de defesa da indústria brasileira na visita oficial à China, não os reconhecendo como economia de mercado. Mas ao aproximar-se da visita do Governo chinês ao Brasil, logo mudou de ideia e mesmo tendo conhecimento das significativas perdas, reconheceu a China, num primeiro momento, como uma economia de mercado. O grande motivo estaria no peso das relações econômicas e políticas com a China. As pressões por parte dos chineses também foram influentes para a tomada dessa decisão. Os chineses argumentavam impor eventuais retaliações que viessem a prejudicar as exportações brasileiras, como a redução de vantagens de indústrias brasileiras no comércio com a China. A transformação da decisão brasileira, sendo influenciada pelo comércio e a forte pressão feita pelos chineses, retoma a ideia de uma semiperiferia estando pressionada entre o Centro e a Periferia. A indução ao comércio como fonte principal de uma relação bilateral resgata o que foi exposto da teoria de Wallerstein (2004), logo no primeiro capítulo, de um sistema mundo capitalista moderno, onde as ondas liberais tomam o escopo do sistema internacional.

²⁶ A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) define economia de mercado como a economia na qual as forças de mercado determinam, de maneira preponderante, os níveis de produção, consumo, investimentos e poupança sem intervenção do governo.

Todavia, como exposto por De Negri (2005), o Brasil considerando a China como economia de mercado teria efeitos no processo de investigação das medidas de dumping²⁷, o que prejudicaria o Brasil no preço do produto que passaria a ser analisado. Autores como Neto e Panzine (2002) demonstram uma grande perda no setor econômico brasileiro, principalmente nos instrumentos para a defesa comercial industrial.

De acordo com Preciado (2008) a fonte interestatal da estrutura do sistema mundo moderno, sendo a atual conjuntura capitalista mundial, pode ser o possível fato que justifica a mudança de ideia do Governo brasileiro. Tendo o mercado tornando-se o principal influenciador de decisões internas e externas. O que retoma, também, ao principal interesse da China na influência do Brasil sob a região da América do Sul, ou seja, sobre um sistema de múltiplos estados interligados, o que influenciaria os outros Estados, vendo a atitude brasileira, também a ceder o apoio à China.

Desse modo, torna-se, novamente, visível a alteração da perspectiva até então apresentada, na década de 1980, que se caracterizava como uma relação Sul-Sul. O fortalecimento comercial conseguiu influenciar no comportamento dos Estados no âmbito político econômico, impactando em uma alteração da decisão até então colocada pelo Brasil, ocasionando uma flexibilização.

3.5 A INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL E O ESTADO COMO PROVIDOR

Constata-se que com a intensificação da relação econômica, diante da ótica teórica do novo sistema mundo capitalista, sofre constantes transformações, bastou aos Estados se inserirem na nova divisão internacional do trabalho. Posto isso, a economia mundial é um constante emaranhado de políticas estatais e de âmbito privados e devem ser impulsionados pelos próprios Estados, já que estes são considerados um dos principais agentes na nova configuração do sistema.

Assim, centrada na prerrogativa de impulsão econômica do Estado, a China conseguiu desenvolver, de forma impressionante, a sua indústria. A década de 1980 foi de extrema importância para que houvesse o incentivo do governo na industrialização. A rápida industrialização demonstrou resultados na década de 1990, conseguindo gerar um setor industrial mais moderno, eficiente e competitivo internacionalmente. Tal fato conseguiu torna

²⁷ A comprovação da existência de dumping, segundo as regras da OMC, se dá através da comparação do preço de exportação do produto para o país prejudicado com o valor normal do produto (DE NEGRI, p 2-3, 2005)

a China, no sentido comercial, capaz de conter características de países do Centro, fato que pode ser considerado como consequência da convergência global atual, muito devido à globalização, sendo um fator da nova conjuntura do sistema mundo moderno. Diferentemente do Brasil, que não induz o justo investimento no setor industrial acabando por não inovar sua produção e se caracteriza por manter um comportamento de Estado semiperiférico, diante das dificuldades em dinamizar sua indústria interna. Este âmbito econômico demonstra a contradição em manter a relação entre os países numa perspectiva horizontal. Portanto, a transformação no quadro de exportações e importações dos países demonstra o grande avanço industrial Chinês, para então tornar-se um país com algumas características de centro, e a estagnação brasileira tendo crescido poucos setores industriais e com a retomada da pauta agrícola, que perpetua até os dias atuais.

A partir da década de 1980, o Brasil tentava se reintegrar no comércio e na política internacional de maneira mais incisiva, com a transição do regime militar para a democracia, o que foi marcado por uma grande crise. Por outro lado, a China realizava constantes reformas econômicas internas e começava investir no desenvolvimento da abertura comercial no âmbito internacional. A influência de uma base sólida capaz de criar uma conjuntura para o desenvolvimento econômico do país, foi um dos motivos para que o Brasil não conseguisse acompanhar o crescimento médio chinês.

Este fato de crescimento industrial assimétrico entre os países denota a necessidade de inserção dentro da estrutura do sistema mundo, que passa por constantes transformações a partir da criação de novas divisões internacional do trabalho. Dito isso, a modificação na relação da estrutura comercial entre os países, sendo promovida pela industrialização chinesa, sofre com modificações no âmbito interno dos Estados e no âmbito externo.

A concorrência entre os Estados passou a ser um novo percurso para uma relação horizontal. Segundo Fernandes (2012), a concorrência brasileira com produtos chineses no mercado interno tornou-se desleal desde o fortalecimento comercial com a China. As empresas brasileiras passam a ser afetadas por conta da grande pauta de importação barata brasileira de produtos industrializados chineses, uma em cada quatro empresas industriais brasileiras passam a perder o seu mercado. A exposição da concorrência aumenta de acordo com o porte das empresas: afeta 24% das pequenas, 32% das médias e 41% das grandes (p 2-3, 2012).

O mercado externo brasileiro também passou a perder vastos clientes. A concorrência externa das empresas industriais brasileiras com as da China é ainda mais

acirrada no âmbito internacional, tendo cerca de 67% das empresas brasileiras registrado perda de clientes externo para a China. Os setores mais afetados são os de material eletrônico, de comunicação, têxteis, máquinas e equipamentos hospitalares (FERNANDES, 2012).

Jaramilho (2012) expõe os interesses comerciais externos comuns na relação sino-brasileira. A mesma pauta de comércio feita na África pela China já vem sendo colocado pelo Brasil a mais tempo, o que demonstra uma estratégia comum de adentrarem como porta vozes potentes nas relações multilaterais. A perspectiva econômica e política que ambos conseguem impor em suas regiões os denotam como grandes líderes de suas localidades territoriais, claro que não esquecendo do poderio econômico que o Japão representa para a Ásia, o que afeta nos interesses constatados previamente um com o outro.

Portanto, a China tirou proveito de um grande período de industrialização, impulsionado por ela mesma, foi grande provedora do seu crescimento econômico e de sua dinamização industrial através de estratégias para o desenvolvimento nacional.

A China tirou proveito da fragmentação da produção em escala global a qual foi impulsionada pelo desenvolvimento do contêiner e a sua correspondente infraestrutura logística, pela expressiva queda do custo das redes de transmissão de dados e por políticas industriais coerentes com esse ambiente de fragmentação da produção (FERNANDES, 2012, p.2)

A intromissão chinesa na América Latina é basicamente promovida por interesses econômicos e não por promoção de uma perspectiva Sul-Sul. A principal fonte foi na importação de produtos industrializados, para o seu próprio desenvolvimento e por conta da nova premissa que se instaurava na comunidade internacional de aproximação entre os países do Sul, na década de 1980, optando por não rivalizar com as grandes potências (relação entre o Centro e Periferia) e avançar nos projetos de modernização, o que demonstrou ênfase na horizontalidade a partir da cooperação Sul-Sul, sendo um processo que pudesse lhe trazer vantagens mais tarde (BECARD, 2011).

Sendo assim, a China consegue grande escopo da necessidade de produção em escala global, adquirindo vantagens básicas sobre os países Semiperiféricos e Periféricos. A especialização chinesa no ramo industrial ainda é considerada um grande componente para o crescimento de sua própria economia e todo este arcabouço foi criado e estruturado por um governo sedento por desenvolvimento. A culpa da assimetria econômica existente com o Brasil, não é da China, e sim do próprio Estado sul americano que não consegue se impor de maneira profícua diante da nova estrutura do capitalismo mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a relação econômica entre o Brasil e a China influencia em todos os outros tipos de relação entre os países. A partir do que foi demonstrado nesse trabalho pode ser possível analisar a relação entre os países com a teoria do sistema mundo, onde é possível detectar possíveis oscilações ao longo do tempo em termos de delimitações entre centro, semiperiferia e periferia nas relações bilaterais entre esses países e em seus posicionamentos em âmbito mundial.

O início das relações sino-brasileiras demonstra a ênfase na cooperação Sul-Sul, tendo em vista dois estados semiperiféricos, quebrando as barreiras internacionais ao realizarem a transferência de tecnologia, sendo uma cooperação caracterizada entre semiperiferias. A própria *join-venture* criada entre a Companhia Vale do Rio Doce e a siderúrgica chinesa Baosteel, em 2001, e o acordo espacial assinado, o Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de satélites Sino-brasileira (CBERS) são dois fatores de cooperação que expõem uma estrutura, de certo modo, igualitária no arcabouço do sistema mundo, numa relação entre dois países semiperiférico e denotam a dinâmica de cooperação técnica para troca de informações tecnológicas e científicas, sendo uma das características centrais da premissa Sul-Sul. Entretanto, nota-se que após maior concentração de mais valia por parte da China e a intensidade no âmbito comercial bilateral com o Brasil, sendo o foco total dessa pesquisa, há uma mudança na estrutura criada entre os países. A impressão é que se passa a concretizar a ideia da divisão de um núcleo dominante e uma periferia dependente, que segundo Wallerstein (2004), interagem e atuam no mesmo sistema mundo como um todo.

A década de 1980 foi marcada pela grande exportação concentrada em produtos de valor agregado por parte brasileira para a China, já a pauta de importação brasileira da China foi preenchida apenas por petróleo e alguns outros insumos farmacêuticos. Esta questão da pauta exportadora brasileira culmina na impressão que o Brasil se aproveitou do relativo atraso industrial chinês e concentrou-se na exportação de produtos industrializado, o que pode se configurar em uma relação entre Centro e Periferia, porém, pelas características atreladas aos Estados centrais pelo ponto de vista do Sistema Mundo Moderno, o Brasil não adequava-se a nenhuma. O intuito brasileiro neste período estava em criar fontes para a cooperação técnica e comercial com países que se alinhavam-se e demonstravam certa horizontalidade e equilíbrio. Claro que sempre observando seus interesses comerciais a partir da pluralidade de

estados que se integrava dentro da nova divisão internacional do trabalho que se concretizava como uma estrutura de sistema mundo moderno.

Ao contrário do que foi promovido pela China a partir da década de 1990, em que o Brasil passou a ter a sua principal pauta exportadora constituída basicamente de farelo de soja e minérios, passando a importar da China produtos de alto valor agregado, como máquinas. Deste modo, o interesse chinês passa a se concretizar por commodities brasileiras, o que os fornece maiores fontes para a sua própria industrialização. Enquanto que o Brasil, desde a década de 1990, não consegue dinamizar, em partes, a sua produção para exportação e carece de toda uma estrutura econômica. Portanto, a balança comercial entre os países avança de forma agressiva e logo, em 2009, a China já ultrapassa os Estados Unidos e torna-se o principal parceiro comercial do Brasil. Enquanto que para a China o Brasil constava na 14ª posição no ranking dos seus principais parceiros comerciais. Percebe-se, no caso comercial sino-brasileiro, uma estrutura entre centro e periferia (Norte-Sul), aquela caracterizada em que a periferia se torna um grande exportador de bens de baixa categoria tendo uma relação de alto valor com o centro.

No qual passa a expressar total pressão comercial sobre o Brasil afim de conquistar seus interesses, onde se encaixa o ponto de análise que pode ser inserido a partir do viés de interesses econômicos, na qual, como colocado por diversos autores das relações internacionais contemporâneas, se sobrepõem aos interesses de política externa e interna entre os países. Como no caso do reconhecimento brasileiro da China como economia de mercado e o não apoio chinês, como retribuição, a cadeira do conselho de segurança das Nações Unidas.

Nota-se, também, outra consequência da influência econômica, no âmbito de cooperação técnica. O caso da criação da *joint venture* Harbin Embraer Aircraft Industry Co.Ltd,. A China utilizou de seus aparatos legais e de seu poder econômico para pressionar a empresa brasileira em montar seus aviões em território chinês, com o intuito de adquirir conhecimento da tecnologia brasileira de montagem de aviões. Além disso, nas reuniões entre as partes, expostas ao longo do capítulo dois, acontecidas no século XXI, percebe-se que o intercâmbio comercial foi a principal pauta das discussões, deixando a cooperação para o desenvolvimento em segundo plano.

Assim, diante da ótica da atual conjuntura do sistema mundo moderno, onde as partes interagem entre si como um todo, a China e o Brasil continuam como Estados com características de semiperiferias. Entretanto, percebe-se que o *locus* do Brasil é aquele entre o Centro e a Periferia, já que consegue explorar os recursos e fontes dos países mais pobres,

enquanto que a China, com seu grande desenvolvimento econômico, possui maiores capacidades em fazer parte do Centro, acabando por explorar Estados semiperiféricos e sua produção de bens primários ou industrializados com baixo valor agregado, como o Brasil.

Desse modo, tendo todo o arcabouço da pesquisa, e a partir dos fatores empíricos aqui expostos, acreditamos que as relações entre o Brasil e a China podem ser marcadas por oscilações dentro da perspectiva do sistema mundo. É importante intensificar a análise desses fatores de forma mais aprofundada, para a continuidade do tema em pesquisas posteriores. Porém, podemos perceber que a concretização de uma relação entre centro e periferia (Norte-Sul) é adquirida nas relações comerciais entre as partes conseguindo influenciar em todas as práticas que podem ser aqui concebidas de perspectiva Sul-Sul.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson. Immanuel Wallerstein e o sistema mundial. *FFLCH/USP*, São Paulo, 1983, p 167-174
- BECARD, Danielly S. Ramos. *O Brasil e a República Popular da China: Política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. Brasília: FUNAG, 2008.
- BECARD, Danielly. O que esperar das relações Brasil-China. *Revista Social Política*, Brasília, v 19, n. Suplementar, p 31-44, 2011.
- BIATO JUNIOR, Oswaldo. *A Parceria estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas (1993-2006)*; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.
- BRANDT, Loren; MA, Debin; RAWSKI, Thomas. Industrialization in China. *Discussion Paper*, Alemanha, n 10096, 2016.
- BARSHEFSKY, Charlene; BROEK, Naboth; ROSS, Lester. *Looking Back at China's WTO Accession: China's Growing role in global trade, economic affairs and the WTO*. In: PANZINI, Fabrizio. et al (Org). *Políticas Industriais e Comerciais da China sob a perspectiva das regras da OMC*. Rio de Janeiro: Elsevier, p 17-31, 2016.
- CANO, W; SILVA, A.L.G. Política industrial do governo Lula. Campinas: Unicamp. *Instituto de Economia*, n. 181, jul., 2010.
- CAMERON, Rondo. *Reviewed Work: The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750 by Immanuel Wallerstein*. Massachusetts. The MIT Press, 1981.
- CERVO, Luiz Amado. Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v 1, p.37-63, 1994.
- CURI, Rodrigo. Um estudo sobre a evolução da estrutura social e da desigualdade no Brasil (1950-2010). 2015. P122. Mestrado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- DE NEGRI, Fernanda. Concorrência chinesa no mercado brasileiro: possíveis impactos da concessão, para a China, do status de economia de mercado. *Boletim de Conjuntura*, n. 68, mar. 2005.
- FERNANDES, José. A adaptação da indústria brasileira à China: em busca de uma estratégia. In: *Brasil competitivo: desafios para a indústria de transformação*. CNI: Deloitte Touche Tohmatsu, p. 52-55, 2012.

GILPIN, Robert. *The Challenge of Global Capitalism*. Nova Jérsei: Princeton University Press and copyrighted, 2000.

_____. *A economia política das relações internacionais*. Nova Jérsei: Princeton University Press, 1987.

GOUVEA, Raul. MONTOYA, Manuel. *Brazil and China: Partners or Competitor? Designing Strategic Alliances in the Age of Uncertainty*. *AJLAS*, University of New Mexico, Vol 26, 2013.

GREMAUD, A. VASCONCELLOS, M. JÚNIOR, Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: ATLAS, 2014.

HAIBIN, Niu. *Emerging Global partnership: Brazil and China*. *RBPI*, Vol 53, 2010.

HOLANDA, Francisco Mauro. *40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos*. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org). *Brasil-China 40 anos de relações diplomáticas*. Brasília: FUNAG, pg 57-103, 2016.

HOPKINS, TERENCE K. *World systems analysis There and methodology*. Londres: SAGE Publications, 1982.

JARAMILLO, Jorge A. Pinilla. *The sino-brasilian relationship: heading to cooperation or competition?*. *Universidade Estudos de Bogotá*, Bogotá, Nº 9, p. 175-183, 2012.

JENKINS, Rhys. *China and Brazil: Economic Impacts of a Growing Relationship*. *Journal of Current Chinese Affairs*, China, v 41, p 21-47, 2012.

JONES, E.L. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. *The economic history review*. New York: Academic Press, 1980

LAZARRINI, Sergio. BOURGEOIS, L.J. *A Embraer na China: competindo em um ambiente regulado*. *Inspere Instituto de ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, Sergio E. Moreira (Org). *Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos*. Brasília: FUNAG, 2016.

LEITE, Patrícia Soares. *Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa*. Brasília: FUNAG, 2011.

LORIMER, Doug. *Imperialism the highest stage of capitalism*. Austrália: resistance Books, 1999.

LACERDA, Antônio. BOCCHI, João. REGO, José. BORGES, Maria. MARQUES, Rosa. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MASIERO, Gilmar. COELHO, Diogo. A política industrial chinesa como determinantes de sua estratégia going global. *Revista de Economia Política – USP*, São Paulo, vol 34, nº 1, p 139-157, 2014.

MARTINS, J. Immanuel Wallerstein e o sistema mundo: uma teoria ainda atual?. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (V)*, pp. 95-108, Espanha, 2015.

MARTINUSSEN, John Degenbol. PEDERSEN, Poul Engberg. *Understanding International Development Cooperation*. Londres: editora Zed Books, 2003.

MARX, Karl “*The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*” in *The Marx-Engels Reader*. New York: ed. Robert C. 1972, 436.

MELUCCI, Marco. OLIVEIRA, Edson. Comércio Bilateral entre Brasil e China – 1990. *Universidade Vale do Paraíba*, Paraíba, p 770-776.

MILANE, Carlos. CARVALHO, Tassia. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no Continente africano. *El estudos internacionais*, v 1, p.11-35 jan-jun 2013.

OLIVEIRA, Carlos Tavares; “*China o Retorno á liderança mundial*”; São Paulo: Editora Aduaneiras, 2012.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Brasil e China Cooperação Sul Sul e parceria estratégica*. Rio de Janeiro: Fino Traço, 2012.

_____. *Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. *Brasil-China; Uma nova aliança não inscrita?*. *Rev. Bras. Polít.* Brasília, Int, 53, p 88-106, 2010.

_____. *Brazil and China: From South-South cooperation to competition?, Latin America facing China: South-South relations beyond the Washington consensus*. New York: Berghahn Books. Print, 2010.

PEREIRA, Lia Valls. Relações Comerciais Brasil-China: um parceiro especial?. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, n 1, 2006.

PEREIRA, Carlos. NEVES, João. Brazil and China: South-South partneship or North-South competition?. *Brookings*, Washington, n 26, 2011.

PRECIADO, Jaime. América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. *CADERNO CRH*, Salvador, p. 253-268, v. 21, n. 53. Salvador, 2008.

RODRIGO, Cryslaine. FILHO, Ricardo. O processo de Industrialização Brasileira: repercussões e perspectivas. *Conferência Internacional e História de empresas*, 2015.

ROSITO, Tatiana. *Evolução das relações econômicas Brasil-China e perspectivas futuras*. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org). *Brasil-China 40 anos de relações diplomáticas*. Brasília: FUNAG, pg 57-103, 2016.

SCHWARTZAMAN, Kathleen. *Globalization from a World-System Perspective: A New Phase in the Core—A New Destiny for Brazil and the Semiperiphery?*. *Department of Sociology, University of Arizona, Arizona*, 2006.

UNGOR, Murat. *Some aspects of the Chinese industrialization*. Research and Monetary Policy Department: Central Bank of the Republic of Turkey, Turkey, 2011.

VADELL, Javier A. “The North of the South: the geopolitical implications of ‘Pacific Consensus’ in South America and the Brazilian Dilemma”. *Latin American Policy*, vol. 4, n. 1, p. 36-56, 2013.

VEIGA, Pedro. RIOS, Sandra. *O capitalismo de Estado chinês e sua agenda de reformas*. In: PANZINI, Fabrizio. *et al* (Org). *Políticas Industriais e Comerciais da China sob a perspectiva das regras da OMC*. Rio de Janeiro: Elsevier, p 31-45, 2016.

VIOTTI, Paul, KAUPPI, Mark. *International Relations Theory*. EUA: Pearson Education, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis*. London: Duck University Press, 2004.

_____. *The modern world-system. III: the second era of great expansion of the capitalist world economy, 1730-1840*. *Academic Press*, San Diego, p.372, 1989.

_____. *The modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. *University of California Press*: Berkeley, 2011.

As relações Bilaterais Brasil-China a Ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. IPEA: 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6889/1/Comunicados_n85_Rel%C3%A7%C3%B5es_bilaterais.pdf> . Acesso em: 06 de março de 2017

Plano Brasil Maior. PBM: 2012. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Plano%20Brasil%20Maior%20-%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 06 de setembro de 2017.

Os Desafios da Política Industrial brasileira. ABDI: 2016. Disponível em : <<http://www.abdi.com.br/Estudo/10anosABDI2016%20web.pdf>>. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

PLANO DE AÇÃO BILATERAL BRASIL-CHINA, 2010-2014. Disponível em: < <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/plano-de-acao-conjunta-entre-o->

governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china-2010-2014> Acesso em 22/04/2017

AGENDA CHINA-BRASIL, 2008 Disponível em
<http://www.cebc.org.br/sites/default/files/agenda-china.pdf>> Acesso em : 29/04/2017